

## Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana

Marco A. C. Cepik

### Introdução

Neste artigo procurei apresentar uma parte da imensa produção acadêmica norte-americana sobre Sociologia das Revoluções. Embora o ensaio seja extenso, o resumo dos autores é bastante curto e muito seletivo. A produção sobre esse tema, ao longo do período considerado (1900-1994), abarca centenas de artigos e livros. Assim, para um balanço mais pormenorizado dos autores e problemas, remetemos a Cohan (1975), Salert (1976), Goldstone (1980), Foran (1993), Friedrich (1967) e Di Tella (1990).

São excelentes trabalhos nos quais se encontra um esforço de sistematização e análise crítica que cobre parte importante dessa produção da ciência social norte-americana no século XX. Como foram elaborados em períodos distintos nos últimos 20 anos, tem-se uma atualização mais do que razoável dos títulos publicados.

Como esses balanços da literatura utilizam critérios temáticos e/ou temporais para agrupar as diversas teorias da revolução, tentamos combinar os dois parâmetros nesta apresentação. Cabe observar, no entanto, que a organização diacrônica do material é muito mais um recurso expositivo do que metodológico, pois não se verifica uma evolução linear na produção norte-americana e o texto é orientado para a *explicitação* de problemas teóricos, não para uma história rigorosa das idéias.

### 1. Teorias de Primeira Geração: 1900-1945

Na primeira metade deste século as duas abordagens mais marcantes sobre Sociologia

das Revoluções foram as da Psicologia das Multidões (Gustave Le Bon (1913), C. Elwood (1905), P. Sorokin (1958) etc.) e da chamada "história natural das revoluções" (Lyford Edwards (1927), George Pettee (1938), Crane Brinton (1938) etc.). Ambas desenvolveram-se em conexão com as tensões sociais decorrentes da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, principalmente nas décadas de 20 e 30.

#### 1.1. Abordagem da Psicologia das Multidões: P. Sorokin

Dentre os diversos autores que escreveram sobre a Psicologia das Multidões, um dos mais influentes e representativos foi o russo Pitirim Sorokin, professor da Universidade de Petrogrado e ex-membro do Partido Socialista-Revolucionário, que emigrou para os EUA em 1922. A atitude de Sorokin frente à revolução é ambígua.

Por um lado, considera-a um tipo de mudança normal em uma sociedade na qual as normas sociais que garantem a coesão da comunidade deixam de estar sintonizadas com as necessidades da população. Mas, por outro lado, esta mudança "rápida, súbita e violenta" é considerada uma perversão, um ato de violência incontrolada. Ou "um espaço de tempo durante o qual o verniz social, ou revestimento, é removido das pessoas, surgindo a fera" (Cohan, 1981, p. 166).

Para Sorokin a ocorrência desta verdadeira "explosão de ódio" decorre da excessiva repressão sobre os instintos sociais básicos de uma população. Existiriam seis tipos gerais destes instintos ou pulsões: (1) instinto ali-

mentar; (2) instinto de propriedade; (3) instinto de autopreservação; (4) instinto sexual; (5) impulso de liberdade; (6) impulso de auto-expressão.

Sempre que a repressão sobre alguns ou todos esses instintos e pulsões chegar a uma intensidade tal que impeça sua satisfação mínima para a maioria da população, a ocorrência da revolução torna-se provável. Ao contrário, se a elite dominante reduzir o nível de repressão dos instintos ao mínimo necessário para garantir a coesão social e a vigência das leis e hábitos tradicionais, mudanças pacíficas poderão sobrevir.

No esquema de Sorokin a revolução é um processo de dois tempos. Na primeira fase, quando se destrói a antiga ordem social, há um grande dispêndio de energias sociais, sendo marcada pelo alívio e pelo otimismo em relação ao futuro. Todavia, com a desordem social e a violência do processo de mudança, esta fase é seguida de um período de deterioração das condições de vida e de exaustão psíquica das massas. É nesta segunda fase que surgem os grupos que buscam reinstaurar a ordem social.

Entretanto, como a ordem precedente fora consolidada ao longo de séculos de processos civilizatórios combinados, a ordem restaurada será inevitavelmente mais repressiva e ilegítima. Posto nestes termos, o custo da mudança revolucionária, medido em termos de vidas humanas, progressos materiais e culturais, seria duplamente proibitivo. Ou seja, tanto em si mesmas quanto comparadas com processos pacíficos de mudança, as revo-

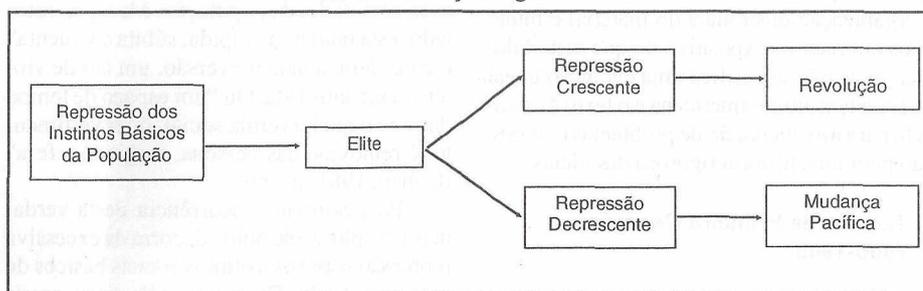
luções, para Sorokin, são algo nocivo, inútil e desnecessário.

Digamos que esta é uma teoria da revolução de “primeira geração” porque, do ponto de vista metodológico, a hipótese da repressão dos instintos como causa da revolução não tem qualquer validação empírica; e também porque a “tese” sobre a nocividade e inutilidade das revoluções não passa de uma opinião ideológica, sintomática até, mas que não é acompanhada de argumentos explicativos e preditivos mais sólidos.

Sorokin reduz a revolução a um ato de violência coletiva irracional, atualizando para o caso russo a fórmula utilizada por Taine ao escrever que, na França, a ruptura das barreiras da civilização pela ação violenta e ensandecida do “rebotinho social” abriu o caminho para a tirania. Neste aspecto, a obra de Sorokin não difere da de Gustave Le Bon. Além deste interesse, digamos, historiográfico pela filiação conservadora da obra, a ênfase de Sorokin na sincronização valor-ambiente, como variável-chave da ocorrência ou não das revoluções, encontra uma descendência direta na obra de Chalmers Johnson, que comentarei na próxima seção.

Por fim, como destaca Cohan, a questão da “necessidade psicológica”, que sentem os membros da população, de uma restauração da ordem após a primeira fase de uma revolução, não tem recebido, ao longo do tempo, um tratamento exaustivo na literatura, embora seja um problema relevante e recorrente em quase todos os processos revolucionários.

Quadro 1  
Causas da Revolução Segundo Sorokin



Fonte: Cohan (1981, p. 168).

## 1.2. A "História Natural" das Revoluções: Crane Brinton

No caso dos chamados "historiadores naturais da Revolução" o trabalho analítico concentrou-se na comparação das características comuns, na identificação dos estágios típicos e na descrição das principais mudanças sociais e demográficas produzidas pelas revoluções.

Crane Brinton, por exemplo, em seu *Anatomy of Revolution* (1938), comparou as semelhanças entre os processos inglês, americano, francês e russo, tentando sistematizar a seqüência "natural" das fases de uma Revolução. Utilizando a "febre" como uma metáfora para ilustrar esta seqüência, Brinton separou-a em fase dos sintomas preliminares, fase da irrupção da doença, fase dos delírios mais agudos e, ao cabo, a convalescença e a volta à normalidade.

Mesmo sem pretender formular uma sociologia completa da revolução a partir dos quatro casos analisados, Brinton estabeleceu o que, segundo ele, seriam as uniformidades básicas da fase preliminar, que vai da crise do Antigo Regime até a transformação dos revolucionários em governo soberano.

Seguindo a hipótese clássica de Tocqueville sobre o caso francês, o autor procurou demonstrar que as quatro revoluções ocorreram em sociedades economicamente ascendentes e não em sociedades decadentes ou retrógradas. Embora reconhecendo que a pobreza era endêmica em vastos segmentos dessas populações, considerou fora de dúvida que os iniciadores de uma revolução não eram "pessoas caídas e derrotadas, famintas, miseráveis. Os revolucionários não são entes desprezíveis, não são filhos do desespero. As revoluções nascem da esperança; e suas filosofias são formalmente otimistas" (Brinton; 1958, p. 21). Ilustra-o com os exemplos francês e russo, nos quais os recorrentes períodos de extrema miséria freqüentemente geraram rebeliões, nunca revoluções.

Combinada com esta, uma segunda uniformidade foi detectada pelo autor. A de que os antagonismos sociais que estão na gênese

dessas revoluções, embora fossem intensos e bem-definidos, eram tanto mais explosivos quanto maior fosse a proximidade do *status* das classes em conflito, e não o contrário, como sempre pretenderam os autores marxistas.

Também aqui Brinton segue uma indicação de Tocqueville, ao afirmar que as revoluções ocorriam, em larga medida, porque havia a "convicção, por parte de alguns dos principais grupos empresariais, de que as suas oportunidades de prosperar neste mundo são indevidamente limitadas por arranjos políticos" (*idem*, p. 35).

A terceira uniformidade é o que o autor chama de deserção dos intelectuais. Esta pode se manifestar tanto como neutralidade quanto como hostilidade aberta em relação ao regime, pois ambas redundam na deslegitimação deste.

A quarta condição para a ocorrência de uma revolução é a incapacidade estrutural de fazer funcionar os mecanismos de governo. Segundo Brinton, isto pode decorrer da ineficácia na realização de reformas nas velhas instituições, mas é também o resultado da inadaptação destas às novas condições sociais marcadas pela expansão econômica, por novos grupos detentores de riqueza, por novos métodos empresariais, novos meios de transporte e comunicação etc. Para este autor, o ritmo das mudanças socioeconômicas é tendencialmente mais rápido que o das instituições político-culturais, gerando a tensão revolucionária.

Por fim, a quinta característica comum seria uma espécie de "inépcia para governar", que acomete a classe dominante no período imediatamente anterior ao da irrupção da revolução. Nos casos estudados, sempre segundo Brinton, essa incompetência crônica manifestou-se de diversas maneiras. Pela perda de confiança dos membros das classes dominantes nos hábitos, valores e estilos de mando tradicionais; pelo colapso da administração pública e das finanças do Estado e, fundamentalmente, pela incapacidade de controlar e usar adequadamente as forças militares e policiais.

Naturalmente, embora estas sejam uniformidades básicas que marcam a irrupção da revolução, Brinton não afirmou que elas se manifestam na mesma seqüência temporal, nem que sejam idênticas nos quatro casos por ele estudados.

Para as demais fases do processo, descritas nos termos metafóricos da “febre”, o autor fez corresponder tipos sociais predominantes: os moderados (na primeira fase após a vitória da coalizão revolucionária); os radicais extremistas (que ascendem após tentativas contra-

revolucionárias de restituição da velha ordem); e os “thermidorianos” (que põem fim ao reinado do terror e da virtude).

Nessa fase de convalescença o “equilíbrio é restabelecido e a revolução termina. Mas isto não quer dizer que algo tenha mudado. Criaram-se algumas tramas novas e úteis de caminhos na rede de interações que forma a sociedade, e se eliminaram algumas tramas velhas e prejudiciais, às quais podemos chamar injustas, se assim nos agrada” (*idem*, p. 285).

Quadro 2  
Características e Atores Predominantes, segundo Brinton

Na Fase Preliminar	Irrupção da Revolução	Terror	Thermidor
<ul style="list-style-type: none"> <li>• progresso econômico e cultural</li> <li>• antagonismo entre classes com <i>status</i> similares</li> <li>• inadequação das instituições em face da modernização</li> <li>• incapacidade da classe dominante de governar e manter a ordem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• vitória da coalizão revolucionária com predomínio dos moderados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• devido à timidez das mudanças propostas pelos moderados, os radicais extremistas ascendem ao poder. Isto enseja tentativas contra-revolucionárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• a ditadura thermidoriana encerra a revolução e restabelece a “normalidade” cotidiana. Preservação de algumas mudanças em meio à restauração da ordem precedente</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A obra de Crane Brinton e dos demais “historiadores naturais” influenciou amplamente o desenvolvimento posterior da Sociologia das Revoluções. Dois exemplos bastam para ilustrá-lo. O esquema dos atores predominantes em cada fase foi retomado inteiramente por Huntington nos anos 60, considerado como o padrão das Revoluções Ocidentais.

Mais recentemente, Ralf Dahrendorf recorreu ao trabalho de Brinton para comparar seus resultados com a Revolução de 1989 no Leste Europeu.

### 1.3. Críticas às Teorias de Primeira Geração

Uma geração posterior de estudiosos criticou, no entanto, esta abordagem por ser, como relata Skocpol (1985a), demasiado descritiva e pouco lastreada empiricamente. De fato Brinton, tal como Sorokin, utiliza o material histórico mais para ilustrar certas hipóteses sociopsicológicas do que para controlar metodologicamente suas conceituações.

Também a relação *negativa* entre a extensão da crise revolucionária e a extensão da

mudança social, hipótese básica dos “Historiadores Naturais da Revolução” e dos teóricos da “Psicologia das Multidões”, foi criticada por Charles Tilly, que a considerou simétrica ao mecanicismo de uma relação *direta* entre grau de conflito e extensão da mudança social, tal como expressa por teóricos “sorelianos” (ou sindicalistas, segundo a nomenclatura de Tilly) do fenômeno revolucionário.

Desta hipótese sobre a natureza das relações entre violência e mudança deriva um modelo descritivo da *dinâmica* das fases da revolução, que o mesmo Tilly chamou de *tension-release*, pois a curva da violência coletiva tenderia a aumentar rapidamente até o momento da “explosão de ódio”, declinando então rapidamente até voltar ao normal.

Na verdade, esta representação da dinâmica das revoluções identifica esse fenômeno com um tipo particularmente grave de patologia social, uma variante qualquer de banditismo, explicada pela natureza “irracional” e “sanguinária” das massas populares. Este juízo parece mais evidente nos “psicólogos das multidões” do que nos “historiadores naturais”.

Ainda assim, a própria metáfora da “febre” e seu seqüenciamento “natural” são passíveis de serem criticados por não se separarem minimamente de uma expectativa ideológica que reproduz, no limite, o senso comum liberal sobre os custos de macroprocessos violentos de mudança social.

Embora o próprio Brinton reconheça que seu objetivo principal seja descrever as fases típicas do processo, não se pode afirmar que sua obra não tenha pretensões explicativas sobre as causas da revolução. Afinal, seu trabalho praticamente retoma uma das teses mais caras à Tocqueville,<sup>1</sup> afirmando que as revoluções ocorrem para remover um obstáculo institucional no interior de uma época de progresso material e renovação cultural. Mesmo se recusando a afirmar que esta fosse a única causa da revolução, e evitando uma generalização para além dos quatro processos estudados, Brinton pode ser considerado um continuador de Tocqueville: “[...] suas descobertas,

no que concerne às expectativas crescentes da população, poderiam contribuir para a credibilidade dessas como fundamento de uma teoria adequada das causas da ocorrência das revoluções” (Cohan, 1981, p. 171).

Todavia, *Anatomy of Revolution* é um exemplo clássico de Sociologia da Revolução de primeira geração. O destaque dado a esses autores neste capítulo é muito maior que a rápida menção feita por Goldstone e Foran em seus artigos. Em parte porque este gênero de ensaio interpretativo encontrou um vigor renovado recentemente pelas Revoluções do Leste Europeu. Mas também porque é necessário resgatar a matriz de uma recorrente imagem liberal-conservadora na sociologia norte-americana das revoluções, que somente nos anos 60 começou a ser substituída.

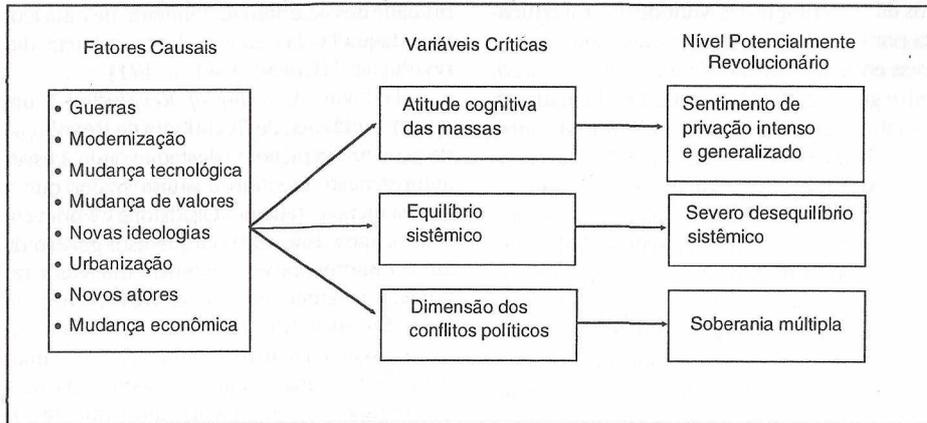
## 2. Teorias de Segunda Geração: 1945-1975

Seguindo a classificação de Skocpol, Goldstone agrupou a produção desse período em três categorias, de acordo com as três disciplinas das Ciências Sociais nas quais os autores procuraram basear seus *approaches*.

Têm-se então as análises baseadas na Psicologia Social (James Davies, Ted Gurr, Ivo e Rosalind Feirabends etc.), na Sociologia Estrutural-Funcionalista (Chalmers Johnson, Neil Smelser, Tiryakan, Mark Hagopian etc.) e na Ciência Política (Samuel P. Huntington, Charles Tilly, Peter Amman, A. Stinchcombe etc.).

Em contraste com a produção anterior, essas teorizações de segunda geração pretenderam, formalmente, explicar *por que e quando* as situações revolucionárias surgem, sendo mais ambiciosas na tentativa de generalizar resultados inferidos a partir da observação de um grande número de casos. O auge desse tipo de teoria geral ocorreu nos anos 60, prolongando-se até meados da década seguinte. Os três conjuntos serão apresentados a seguir. Na seção 2.1 registrarei as críticas mais usuais feitas pelos comentaristas dessa literatura.

Quadro 3  
Teorias da Revolução de Segunda Geração



Fonte: Goldstone (1980, p. 430).

### 2.1. Abordagens da Psicologia Social: Ted Gurr e J. Davies

A primeira abordagem que pode ser mencionada é uma versão ampliada e revista da teoria das expectativas crescentes, desenvolvida por Davies, entre outros.<sup>2</sup>

James Davies parte da mesma constatação de Tocqueville e Brinton sobre a relação negativa existente entre pobreza extrema e ação revolucionária. Resumindo bastante, o autor afirma que num período de progresso material e cultural de uma sociedade, as expectativas populares de que suas necessidades serão atendidas em breve tendem a subir. Correndo paralelamente a esta linha há uma outra, que indica a satisfação real destas necessidades.

A representação gráfica desta fórmula é conhecida como *J curve*, dada a forma que a linha das expectativas apresenta. Enquanto os indivíduos recebem pelo menos uma parte do que consideram justo e necessário receber, é provável que não se rebelem. Mas, na medida em que se abre uma lacuna entre essas duas

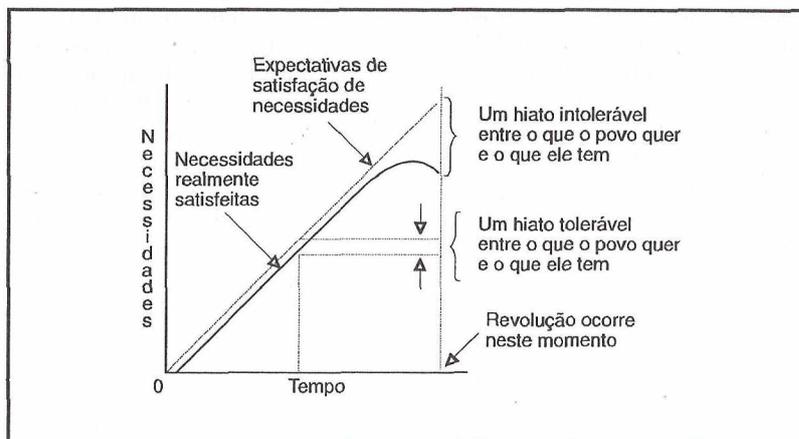
curvas, com o declínio da satisfação real e a continuada ascensão das expectativas, as tensões sociais se acumulam até o ponto em que eclode a violência das massas.

O argumento de Davies foi utilizado para explicar também o porquê dos diversos tipos de revolução que, para eles, vão desde golpes palacianos até insurreições populares.

As revoluções diferenciam-se conforme o grau de participação das massas, o tempo de duração do processo, seu grau de violência e as diferentes intenções dos revolucionários. Todas estas variações dependem da relação entre a satisfação das necessidades esperada e aquela efetivamente realizada. Quanto maior a lacuna entre elas, mais radical e abrangente seria a revolução.

As conclusões de Davies se afastam das de Tocqueville e Brinton num ponto importante. Enquanto estes afirmaram que as revoluções tendem a ocorrer após um prolongado período de crescimento, aqueles sustentam que é um acentuado declínio, após este período de êxito, que detona a rebelião contra o sistema.

Quadro 4  
A Revolução das Expectativas Crescentes:  
A Curva J de James Davies



Fonte: Davies (1972, p. 69).

Uma segunda abordagem psicológica, amplamente difundida após os conflitos civis de meados da década de 60 nos EUA, é conhecida como teoria da privação relativa.<sup>3</sup> Trata-se antes de uma teoria da violência civil em geral, do que de uma teoria da revolução *stricto sensu*. Neste sentido não é uma abordagem antagônica à das “expectativas crescentes”, uma vez que a *curva J* pode ser considerada como um exemplo de privação relativa numa dada sociedade.

Para Ted Gurr, principal expoente desta abordagem, os mesmos fatores causais estão na base dos diversos tipos de violência política. Esta se apresenta, basicamente, como tumulto, conspiração ou guerra interna. As revoluções são consideradas como um tipo de guerra interna, ao lado do terrorismo, dos confrontos bélicos de baixa intensidade e das guerras civis.

Como a violência é o denominador comum de todos estes fenômenos Gurr, utilizando indicadores macrossociais e métodos estatísticos, procurou determinar as causas de sua ocorrência e das formas assumidas por ela.

A intensidade e a magnitude da violência são condicionadas por uma variável-chave,

que é a privação relativa. As variáveis auxiliares seriam a extensão da participação das massas, o grau de formalização das finalidades e o volume de meios mobilizados. A intensidade da violência é medida basicamente em termos de seu custo em vidas humanas, e sua vinculação com a revolução dependeria de características especiais de aplicação: “[...] a revolutionary dimension, characterized by more organized and intense strife. [...] the forms of ‘revolution’ reflect organized, often instrumental and intense, application of violence” (Gurr, 1972, p. 55).

A variável causal (privação relativa) é assim definida:

“[...] percepção, por parte dos atores, da discrepância entre as suas expectativas de valores e as aparentes possibilidades de valor do meio ambiente. As primeiras são os bens e as condições de vida a que as pessoas justificadamente julgam ter direito. Os referenciais da capacidade de valores encontram-se, em geral, no meio social e físico; constituem as condições que determinam as possibilidades percebidas pelas pessoas de obterem ou conservarem os valores que esperam legitimamente alcançar” (Gurr, 1972a, tradução minha).

Utilizando o par conceitual frustração-agressão, pode-se dizer que a intensidade da agressão é proporcional à intensidade com que a frustração é sentida. Gurr utiliza, ainda, outras variáveis, tais como a legitimidade e a simplificação socioinstitucional do sistema, medindo-as através de vários indicadores agregados, num esforço para diferenciar os fatores que causariam privações persistentes daqueles que determinariam a privação a curto prazo. Uma detalhada discussão destes indicadores agregados e dos demais aspectos metodológicos das pesquisas de Gurr é feita por autores como Salert (1976) e Tilly (1978).

Comparada com a abordagem de Davies (revolução causada por reveses econômicos de curto prazo), a teoria da privação relativa volta a enfatizar o caráter sistemático do fechamento de oportunidades econômicas, políticas, étnicas ou religiosas como fator causal básico da ocorrência de revoluções.

Aliás, os Feierabend e Nesvold acentuaram exatamente o caráter sistêmico da frustração com o objetivo de demonstrar que a rápida modernização de um país, antes que ele atinja certo patamar, o torna mais propenso à violência decorrente de “frustrações sistêmicas”. O caso norte-americano, utilizado como teste crucial, confirmaria a hipótese, uma vez que o alto nível de violência ali encontrado decorreria do “desenvolvimento relativo de subculturas diferentes existentes no país, particularmente as comunidades negras” (Cohan, 1981, p. 177).

Apesar destas variações de ênfase e ritmo, as abordagens das “expectativas crescentes” e da “privação relativa” não chegam a ser antagônicas. Ambas colidem com as abordagens psicológicas de primeira geração, como as de Sorokin e Le Bon, pois nestas a causa básica da violência revolucionária é a miséria material e moral do povo, o que contradiz a tese das expectativas crescentes. Vejamos agora os outros dois conjuntos.

## 2.2. Abordagem Funcionalista:

Chalmers Johnson

Goldstone inclui nesta categoria os traba-

lhos de Chalmers Johnson (1964, 1966), Neil Smelser (1963), Bob Jessop (1972), M. Hart (1971), e Mark Hagopian (1974), entre outros autores do campo estrutural-funcionalista.

Partindo das categorias sociológicas desenvolvidas por Talcott Parsons, a abordagem funcionalista do fenômeno revolucionário buscou especificar as causas de sua emergência em sistemas sociais homeostaticamente equilibrados, ou *self-regulating*. O funcionamento “normal” de tais sistemas dependeria da manutenção dos fluxos totais de demandas e recursos (*inputs* e *outputs*) entre sistema e meio ambiente, bem como do equilíbrio geral entre os vários subsistemas (política, economia, cultura — ou sistemas de valores) que os compõem, através de seus múltiplos *feedbacks*.

Assim, qualquer interrupção nesses fluxos ou no equilíbrio entre os subsistemas colocaria a estrutura social num estado de *disequilibrium* (Hagopian), ou de “disfunção múltipla” (Johnson), estado este que é propício à ocorrência da revolução.

Dependendo do autor, diversos fatores de desequilíbrio são destacados. Seja o impacto desigual da modernização e da tecnologia sobre os *inputs* e *outputs* dos vários subsistemas; mudanças exógenas nos valores provocadas pelo aparecimento de novas religiões ou ideologia (Johnson); alterações na distribuição de poder entre as elites nos subsistemas (Jessop); ou apenas as mudanças dessincronizadoras no interior de cada subsistema (Hagopian).

A despeito dessas diferenças de ênfase, os autores funcionalistas estavam de acordo quanto à afirmação de que a situação revolucionária emerge, provavelmente, quando há severo desequilíbrio na relação valor-ambiente de uma sociedade. Examinemos com mais detalhe esta hipótese, tal como formulada na obra de Chalmers Johnson, principal expoente do estrutural-funcionalismo no terreno da sociologia das revoluções.

Para Johnson<sup>4</sup> as condições “normais” de funcionamento de um sistema social considerado estável incluem a mudança, mas, bem entendido, a mudança normativamente consi-

derada aceitável e legítima segundo sistemas de valores compartilhados e institucionalizados. As dificuldades começam quando os valores institucionalizados não justificam certos tipos de mudança no ambiente social ou, por outro lado, quando certas mudanças de valores tornam a organização social “errada” aos olhos da coletividade. Nesses casos pode-se falar de dessincronização valor-ambiente e de ruptura do equilíbrio homeostático do sistema social.

As pressões que podem causar tal dessincronização, segundo a tipologia exposta em *Revolutionary Change*, são: (1) mudanças nos valores determinadas exogenamente; (2) mudanças nos valores causadas endogenamente; (3) mudanças ambientais exogenamente condicionadas; (4) mudanças ambientais endogenamente geradas. A introdução do marxismo na China é um exemplo da situação (1); a Reforma luterana na Alemanha, da situação (2); a difusão da produção industrial é um fator de mudança ambiental típico da situação (3); e, por exemplo, mudanças demográficas na estrutura etária ou na fecundidade de uma população caracterizariam a situação (4).

Caso o sistema consiga se adaptar às mudanças, há uma ressincronização valor-ambiente e a sociedade volta ao “normal”. Mas, se as tensões se acumulam e generalizam até um ponto de não-retorno, o sistema social ingressa em um estado que Johnson chamou de “disfunção múltipla”. Neste ponto o autor retoma a metáfora de Brinton, comparando tal estado com o de um corpo acometido simultaneamente de várias doenças. Esta é, segundo Johnson, uma condição necessária, porém insuficiente, para a irrupção de uma revolução. O modelo explicativo considera ainda o comportamento da elite dirigente da sociedade.

A revolução, neste raciocínio, pode ser evitada se as elites se adaptarem às pressões por mudança, mesmo pondo em risco sua função social dominante. Ao contrário, se a elite resistir às mudanças socialmente consideradas necessárias, apelando crescentemente para o uso da força para manter sua posição, ela passa a sofrer uma deflação crescente de poder, cujo nível inferior Johnson identifica

com a perda completa da autoridade normativa sancionada por valores consensuais.

A deflação do poder e a conseqüente perda de autoridade são as duas características básicas desta segunda condição necessária, chamada de “intransigência da elite”. Além destas, a condição suficiente (chamada de fator X ou acelerador) poderia ser, por exemplo, o fracasso de uma elite intransigente em continuar lançando mão do uso da força, em geral por não conseguir manter seu apoio junto aos meios militares e policiais. Somente então seria provável a ocorrência da revolução, como uma variável dependente da soma de disfunção múltipla, intransigência da elite e um fator acelerador (perda de controle dos meios de coerção). Esta revolução, entretanto, não necessariamente será bem-sucedida. Se o for, ela poderá engendrar novos comportamentos, formas de socialização, divisão de trabalho e controle social compatíveis com as mudanças estruturais ressincronizadoras da relação entre valores e ambiente.

Se a revolução falhar e a elite dominante, ainda assim, não introduzir mudanças (*conservative changes*), o sistema poderá ser mantido exclusivamente através da força. Mas, no médio prazo, tal solução da crise acarretará novos desequilíbrios, potencialmente geradores de uma nova crise revolucionária.

À primeira vista, o modelo explicativo de Johnson parece apoiar-se numa definição do fenômeno revolucionário compatível com a *associação entre conflito e mudança* proposta por Tilly, que será exposta mais adiante. Entretanto, logo surge uma dúvida: “Revolutions are social changes. Sometimes they succeed; often they fail. Revolutionary change is a special kind of social change, one that involves the intrusion of violence into civil social relations” (Johnson, 1966, p. 1).

A tipologia das revoluções de Johnson considera seis tipos básicos: (1) revoltas camponesas; (2) rebeliões milenares; (3) rebeliões anárquicas; (4) revoluções comunistas/jacobinas; (5) golpes de estado; e (6) insurreição militarizada de massas. Ao incluir rebeliões e golpes de Estado em sua tipologia das revolu-

ções, considerando ainda que freqüentemente estas falham, Johnson não considera a mudança efetiva como uma característica essencial do fenômeno, tal como foi por ele definida. Logo, para o autor, a segunda parte de sua proposição é que seria mais definidora.

Assim, restaria analisar a noção de violência utilizada por Johnson, pois esta poderia significar, em si mesma, a essência de toda mudança política. Mas não parece ser este o caso: "Given this formal analysis of social action in a social system, we may define violence as action that deliberately or unintentionally disorients the behavior of others" (*idem*, p. 8).

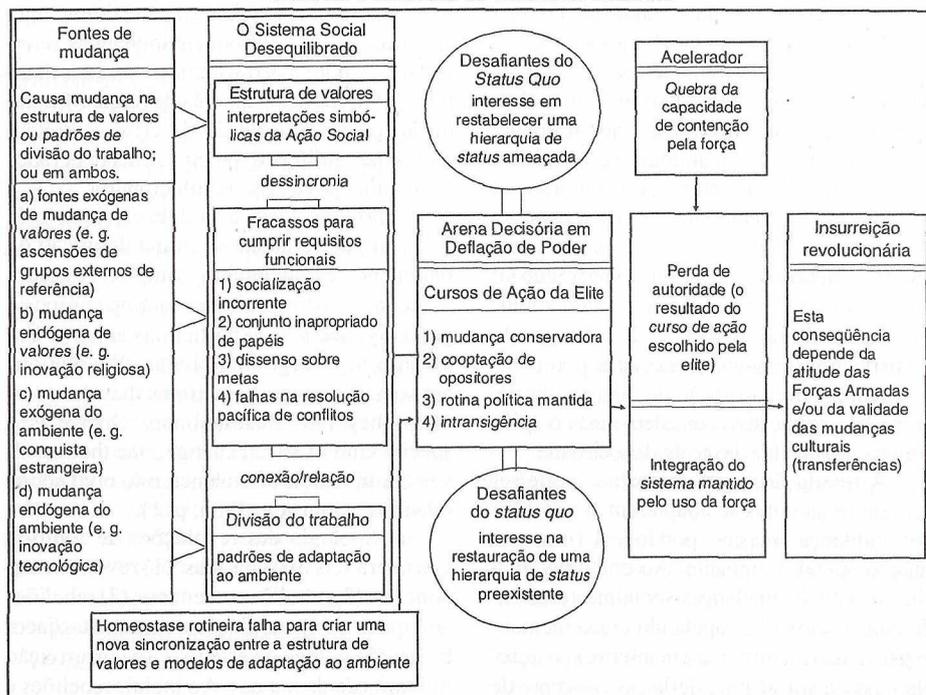
A característica mais marcante deste comportamento que, deliberada ou não intencionalmente, desorienta os outros, segundo o autor, é que ele é "anti-social". Em outras palavras, toda ação que "dessincroniza" a relação valor-ambiente, mesmo individual ou não intencional, é violenta, nesta acepção algo

absurda. Vale transcrever um comentário mordaz de Cohan a este respeito:

"Se o governador de um Estado sulista colocar-se na soleira da porta para evitar a entrada de uma criança negra, e se juntar uma multidão, e alguém bater na criança, segundo a definição de Johnson, terá a criança cometido um ato violento. Ao adotar um rumo que desafia as convenções sociais, a criança desorienta o comportamento da população. O ato físico de lhe bater não configura ato violento, porque não está desorientando o comportamento de outros brancos que fazem parte da multidão, e é executado como réplica ao ato violento perpetrado pela criança 'revolucionária'" (Cohan, 1981, p. 27).

Em resumo, a definição da revolução como mudança violenta, nos termos propostos por Johnson, acaba reduzindo-se a qualquer tentativa de se derrubar pela força um governo, um regime ou quaisquer outros aspectos da ordem social.

Quadro 5  
Modelo Funcional de Chalmers Johnson



Fonte: Johnson (1966, p. 106).

### 2.3. Abordagens do "Conflito Político": Huntington e Tilly

Esta é uma rubrica muito genérica, em que Goldstone incluiu trabalhos de tipo muito diverso, talvez tendo como critério principal uma certa concentração temporal e uma ênfase mais política do que socioeconômica nas análises sobre a dinâmica revolucionária.

Encontram-se mencionados nesta seção os trabalhos dos teóricos do conflito político (Russell (1974); Tilly (1973, 1975, 1978); Overholt, Oberschall, Schurmann e outros), bem como os textos de Huntington (1975), Peter Amman (1962) e Stinchcombe (1965) etc.

Certa produção acadêmica norte-americana do período, bastante volumosa, destinada a subsidiar as políticas de contra-insurreição desse país, talvez devesse ser mencionada aqui. Mesmo sem comentá-lo, cabe citar como exemplo o volume coletivo organizado pelos professores Cyril Black e Thomas Thornton (1968), publicado originalmente em 1964.

Segundo Goldstone, o traço mais comum nessa literatura é o recurso às teorias pluralistas (em Ciência Política) para analisar os eventos revolucionários como derivados de conflitos entre grupos de interesses competindo pelo poder.

A revolução poderia ser considerada como um conflito político em última instância, no qual as lutas normais entre grupos de interesse radicalizam-se (ou são escaladas) até um patamar em que os mecanismos institucionais de mediação dos conflitos (tribunais, eleições etc.) deixam de funcionar, e o sistema político é violentamente dividido. A chegada nesse nível crítico depende, portanto, da intensidade dos conflitos e da magnitude dos recursos de poder trazidos pelos contendores à cena política.

Tipicamente, a situação revolucionária foi caracterizada pela noção de soberania múltipla; ou seja, como ponto de chegada de um processo no qual (a) grupos de interesses entram em competição violenta sobre *issues* altamente relevantes da vida nacional e não têm suas diferenças reconciliadas através do sistema político corrente; e (b) dois ou mais grupos em disputa possuem recursos suficientes (po-

líticos, financeiros, organizacionais, militares etc.) para estabelecer autoridade soberana sobre uma base político-militar razoavelmente extensa, procurando então alcançar seus objetivos nesta área territorial.

Tal como nos modelos estruturais-funcionalistas e sociopsicológicos, também aqui muitas séries de eventos podem desencadear o processo de conflitos revolucionários.

#### 2.3.1. Huntington e a Modernização pela Revolução

Para Huntington, por exemplo, a modernização socioeconômica determina a ampliação da mobilização na sociedade e a potencialidade de ocorrência da revolução depende da capacidade do sistema político absorver ou não tais demandas de participação civil na arena política. A tarefa crucial da elite política seria a de manter o equilíbrio entre as pressões por maior participação e melhor distribuição dos bens socioeconômicos e as prerrogativas efetivas de governo. Assim, o grau de desenvolvimento de um sistema político poderia ser medido por sua estabilidade, mesmo que esta fosse mantida à custa de um controle autoritário da participação. Tal estabilidade é o índice do grau de *institucionalização* alcançado pelo regime, seja ele comunista ou liberal.

Mas os indicadores deste índice de institucionalização são a autoridade do Estado e a participação. Não basta a eficácia autoritária do poder estatal. É por isto que, segundo Huntington, as grandes revoluções ocorreram em regimes de estreita participação, tais como monarquias absolutistas (Inglaterra, França, Rússia, China), ditaduras civis-militares (México, Cuba, Nicarágua, Irã etc.) e regimes coloniais (EUA, Vietnã, Argélia, Angola, Camboja etc.), todos caracterizados por baixa institucionalização à época de suas crises sistêmicas.

Huntington formulou uma das definições mais precisas sobre as Revoluções Modernas, dentre as disponíveis na literatura acadêmica sobre o tema:

"Uma revolução é uma mudança interna rápida, fundamental e violenta nos valores e mitos dominantes de uma sociedade, bem como das suas instituições políticas, estrutura social, liderança e atividades e políticas governamentais. [...] O

que aqui se chama de 'revolução' é o que outros têm chamado de grandes revoluções, revoluções grandiosas ou revoluções sociais. Os exemplos notáveis são as revoluções francesa, chinesa, mexicana, russa e cubana" (Huntington, 1975, p. 274).

A descrição de *como* tal mudança ocorre segue um modelo de duas etapas. Na primeira, há o que Huntington chama de "explosão da participação", que é a combinação da rápida expansão da consciência coletiva e da mobilização de novos grupos sociais para a política, sem que as instituições existentes sejam capazes de assimilá-los. Na segunda, após a eclosão da revolução, os grupos sociais vitoriosos precisam consolidar sua supremacia construindo novas instituições e novas regras políticas. Ou seja, uma revolução vitoriosa deveria combinar uma "rápida mobilização política e uma rápida institucionalização política" (*idem*, p. 276).

Para além desta dinâmica de dois tempos, há a tipologia das revoluções, que se divide basicamente em dois padrões, um Ocidental e

outro Oriental (vide Quadro 6). Sinteticamente, na "revolução ocidental, a mobilização política é a consequência do colapso do velho regime; na revolução oriental é a causa da destruição do velho regime" (*idem*). Os tipos sociais que desempenham os papéis políticos mais importantes após uma revolução vitoriosa seriam os *moderados* (vide seção I.2), que somente em casos raros adaptam-se à radicalização do processo revolucionário ("Castro foi o Kerenski e o Lênin da Revolução Cubana" ...), os *contra-revolucionários* e os *revolucionários radicais*.

Em resumo, para Huntington a revolução é um resultado potencial da ocorrência, nas sociedades em modernização, do *pretorianismo*, definido como a politização violenta e não institucionalizada dos conflitos de interesse entre os grupos sociais. Como fatores intervenientes da efetiva ocorrência da revolução temos a instabilidade do sistema político e a concatenação de interesses sociais em disputa, como a aliança entre a *intelligentsia* dos setores médios e o campesinato.

Quadro 6  
Modernização pela Revolução Segundo Huntington

Causas	Dinâmica Revolucionária			Conseqüências
	Tipologia	Modelo Ocidental	Modelo Oriental	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• defasagem entre modernização/desenvolvimento político e crescimento econômico</li> <li>• "explosão" das demandas de participação sem que as instituições possam/queiram absorvê-las</li> <li>• aliança entre camponeses e classe média urbana, com alienação simultânea dos dois grupos do sistema</li> </ul>	Variáveis			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de instituições políticas efetivas</li> <li>• extensão da participação das massas</li> <li>• nova moral pública</li> <li>• novo equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento político</li> <li>• ganhos materiais e/ou simbólicos para as massas revolucionárias</li> </ul>
	Tipo de antigo regime (Ditatorial)	Fracotradicional	Forte/modernizante	
	Duração da luta pelo poder central	Curta	Longa	
	Dinâmica da crise e seqüência das fases para tomada do poder	Colapso de regime acelera mobilização Capital ⇒ Interior	Mobilização desencadeia crise regime Interior ⇒ Capital	
	Consolidação após tomada do poder	Demorada	Rápida	
	Conflito Principal	Moderados x Radicais (após tomada do poder)	Governo x Revolucionários (antes tomada do poder)	
	Casos ideais típicos	França/Rússia/México	China/Cuba/Vietnã	
	Papel do Terror na dinâmica revolucionária	Ocorre nas últimas fases. Radicais usam contra moderados	Usado nas primeiras fases pelos revolucionários até afirmarem-se militarmente	

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 2.3.2. Charles Tilly e a Mobilização de Recursos

No caso de Tilly, as séries de eventos que desencadeiam as revoluções também podem estar ligadas à modernização industrial e à urbanização, bem como às guerras e mudanças nos sistemas de valores, mas este autor enfatiza, polemizando com Huntington num artigo de 1973, que tais ocorrências não conduzem *diretamente* à mobilização.<sup>5</sup>

Mais do que isto, em polêmica com os teóricos da Privação Relativa, Tilly afirma que mesmo o descontentamento em si não conduz à ação coletiva, muito menos à ação popular revolucionária. Massas amotinadas tampouco transformam-se automaticamente em atores coletivos. Ou, para dizê-lo claramente, rebeliões e insurreições não são o mesmo que revoluções. A variável independente aqui é o grau de *organização* das ações coletivas de massas populares em luta por seus interesses comuns.

Quando as ações coletivas populares emergem no confronto político como ações deliberadas, organizadas e mobilizadas para atingir determinados fins, configura-se a possibilidade de que os conflitos políticos gerem mudanças, inclusive revolucionárias. Naturalmente, estes fins remetem a padrões de demanda dos sujeitos populares que poderiam ser chamados de “centrais”, sejam eles reformas econômicas estruturais ou a libertação nacional.

Para Tilly, o que caracteriza uma crise revolucionária é a existência de “soberania múltipla”. Este conceito se pretende mais amplo do que a “dualidade de poderes” leninista, embora também se caracterize pela adesão de segmentos da população a mais de uma autoridade institucionalizada de tipo estatal, com autonomia para construir leis, serviços públicos e formas de extração de recursos da sociedade. Esta autoridade soberana sobre um território e uma população é abarcada pela noção de *Polity*.

Uma “revolução completa” (também chamada de “grande revolução” e de “revolução verdadeira”) ocorreria quando uma *situa-*

*ção* revolucionária redundasse em um *desfecho* revolucionário. Este *continuum* entre situações e desfechos é que constituiria o objeto principal de uma Teoria das Revoluções Modernas a ser construída.

Tilly, aparentemente, inclui-se entre os que definem a revolução pela forma extra-legal e violenta da mudança pois, segundo ele,

“A revolutionary outcome is the displacement of one set of power holders by another. That simple definition leaves many reference points available: power over means of production, power of symbols, power over government. Provisionally, let us take power over government as our reference. A revolutionary outcome is the displacement of one set of members of the Polity by another set” (Tilly, 1978, p. 193).

Todavia, como se pode observar, ele se afasta duplamente daquele padrão. O indicador crucial da revolução para Tilly é a mudança efetiva e não apenas a forma violenta como esta por vezes ocorre, o que o distancia de forma cabal dos modelos anteriores, funcionalistas e de psicologia social. Esta mudança efetiva dos detentores do poder *shintetizaria* também uma série completa de alterações radicais na vida social, que acompanhariam mais ou menos rapidamente a vitória da coalizão de *contenders*.

Embora Tilly diferencie as causas suficientes para a ocorrência de uma “situação revolucionária” e as causas suficientes adicionais para a ocorrência de um “desfecho revolucionário” para esta crise, a associação entre os dois aspectos do fenômeno é mais forte do que a separação metódica proposta por Bobbio entre “causas revolucionárias” e “conseqüências revolucionárias”.

Para Tilly, as causas próximas de uma situação revolucionária envolveriam: (1) o surgimento de coalizões de “contendores” pelo poder; (2) a vinculação dos opositores com as demandas centrais de segmentos da população subjugada; (3) a incapacidade — não apenas por falta de recursos ou incompetência, mas devido às inibições geradas pelas interações estratégicas em si mesmas —

dos governantes para desmobilizarem os opositoristas.

O autor qualifica cada uma dessas variáveis, destacando suas relações com os processos que, no longo prazo, condicionam as mudanças mais rápidas no equilíbrio de poder nas sociedades, redefinindo identidades de grupos sociais e fazendo emergir do conflito social os grandes *issues* em torno dos quais se estabelecem as alianças e os antagonismos políticos:

[...] processes which directly affect the autonomy of smaller units within the span of the government: the rise and fall of centralized states, the expansion and contraction of national markets, the concentration and dispersion of control over property. Prosperity and depression, urbanization and ruralization, industrialization and desindustrialization, sanctification and secularization occur in a dispersed and incremental fashion” (*idem*, p. 207).

Tais alterações nas estruturas do Estado, do mercado e das relações de propriedade, mesmo quando favorecem a emergência de uma situação revolucionária, não fornecem quaisquer garantias de um desfecho necessariamente revolucionário para a crise.

Segundo Tilly, as causas próximas para tais desfechos seriam: (1) a presença de uma situação revolucionária de “soberania múltipla”; (2) a existência de coalizões entre membros da *polity* dominante e as organizações de *contenders*; (3) o controle da maioria dos meios de coerção organizados, bem como de outros recursos de poder substanciais pelas coalizões revolucionárias.

A associação forte entre os dois momentos do processo revolucionário é expressa pela seguinte hipótese geral do autor: “[...] the more extensive the revolutionary situation, the greater the likelihood of an extensive transfer of power” (*idem*, p. 212).

Para não confundir-se com o que chama de argumento “sindicalista” acerca das associações muito diretas entre os dois momentos, o autor enfatiza a dinâmica das interações estratégicas, o *como* se desenvolve a crise revolucionária, destacando a autonomia dos

sujeitos coletivos e a indeterminação essencial dos processos históricos.

A seqüência identificada por Tilly é a seguinte: (1) mobilização de demandas exclusivas e mutuamente inaceitáveis de autoridade soberana; (2) rápida expansão do apoio popular e/ou expansão da coalizão desafiante; (3) o governo faz tentativas mal-sucedidas de reprimir, cooptar ou neutralizar os desafiantes; (4) a coalizão alternativa passa a controlar *de facto* uma parte da *polity*, seja um setor do governo, uma extensão do território, uma função social importante ou um ramo da burocracia; (5) são realizadas rodadas repetidas de confronto para se tentar manter e expandir posições; (6) há uma vitória, um empate ou uma derrota na “soberania múltipla”; (7) reimposição de uma rotina governamental sobre a população em disputa. Como variável interveniente em tudo isso, há a velocidade na qual se dão os deslocamentos de apoios e recursos de poder.

Segundo Tilly, este esquema analítico não se pretende um sucedâneo do seqüenciamento “natural” de um Brinton, mas busca apenas demarcar com as teorias de primeira e segunda geração que concebem a revolução como um descarregamento violento de tensões sociais acumuladas.

Tal como nas “situações revolucionárias”, Tilly afirma que a relação entre “desfechos revolucionários” e mudanças estruturais depende da perspectiva de tempo que se adote. No curto prazo as redistribuições vastas de recursos econômicos e políticos, bem como as alterações profundas na qualidade de vida, nas taxas de urbanização, escolaridade, renda *per capita*, industrialização e outras são raras, e nem sempre positivas.

Entretanto, “over the long run, revolutions appear to change the direction of structural transformation to the extent that they produce a transfer of power” (*idem*, p. 220).

A análise de Tilly privilegia, ao contrário de Huntington, a dimensão propriamente política dos conflitos entre grupos organizados, embora represente uma aplicação ainda insuficiente de uma teoria das interações estratégicas.

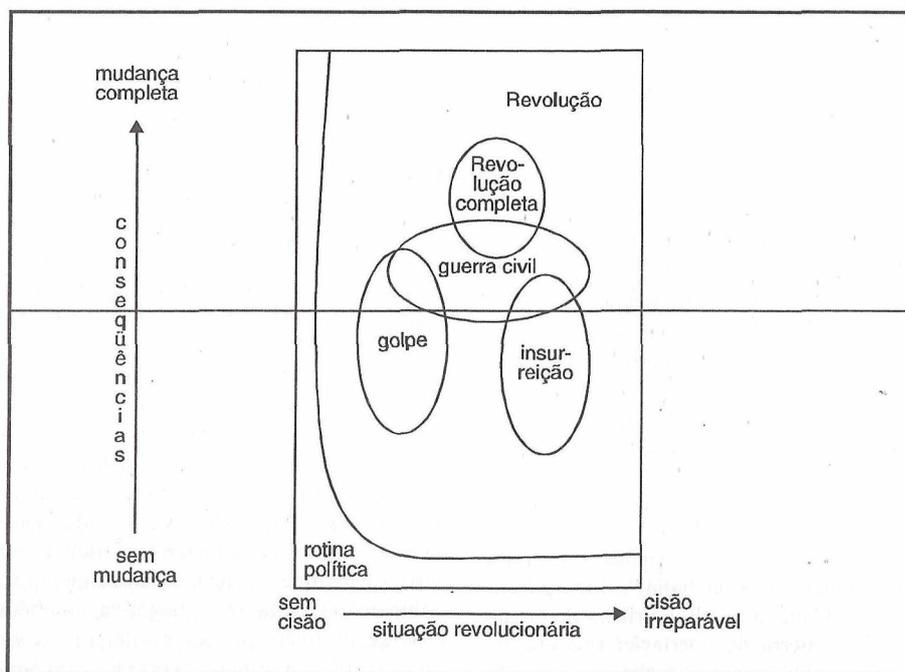
gicas entre sujeitos coletivos ao estudo das revoluções modernas.

John Foran (1993b) contesta a inclusão de Tilly nas teorias de segunda geração, proposta por Skocpol e Goldstone. Afirma que a produção mais significativa do autor sobre este tema foi realizada nos anos setenta, já no contexto da sociologia histórica estrutural. Citando o artigo "Does Modernization Breed Revolution?" no qual Tilly (1973) propõe uma espécie de "estruturalismo" político, em oposição ao estruturalismo econômico, derivado das teorias da modernização, Foran niti-

damente "força a mão" em sua proposta de reclassificação da obra de Tilly.

Ignora que nos trabalhos posteriores (principalmente *From Mobilization to Revolution*, de 1978) as ênfases do autor recaíram, cada vez mais, sobre as interações estratégicas entre atores coletivos e não sobre estruturas políticas, consideradas variáveis contextuais resultantes destas interações conflitivas. A própria Skocpol, comentando os trabalhos de Tilly (1973; 1975; 1978), considerava-o muito mais "intencional" do que "estrutural" em suas análises.

Quadro 7  
Tipos de Transferência de Poder Segundo Tilly:  
Situação e Conseqüência



Fonte: Tilly (1978, p. 198).

O ponto a destacar nesta seção é que, diferentemente dos enfoques da psicologia social e do estrutural-funcionalismo, as abordagens do conflito social não explicam a revolução pela violência (que consideram um subproduto dos processos normais de competição política nas sociedades em modernização), mas pela conexão entre agudos conflitos de grupos de interesse e o controle de recursos por parte destes, que excedem as capacidades de resolução dos próprios conflitos pelas instituições políticas correntes.

#### 2.4. Críticas às Abordagens de Segunda Geração

O renovado interesse pela Sociologia da Revolução, expresso no grande número de títulos publicados nos anos sessenta, está em parte relacionado com o impacto das revoluções ocorridas no Terceiro Mundo após a Segunda Guerra Mundial, mas também com o recrudescimento dos conflitos civis nos EUA durante os anos sessenta.

A revolução na segunda metade do século XX apresentou-se de forma muito mais complexa e multifacetada do que o tipo insurrecional que vigorava em situações como 1789, 1830, 1848, 1871, 1905, 1911, 1917, 1919 e outros eventos semelhantes.

Com o final da Segunda Guerra Mundial as tendências de desagregação dos impérios coloniais, que já se manifestavam desde o final da I Guerra e da Revolução Soviética, aceleraram-se, juntamente com os conflitos militares periféricos, uma vez que a Guerra Fria e a bipolaridade tornavam o cenário europeu relativamente estável.

A guerra popular prolongada na China, a desobediência civil na Índia, o foco guerrilheiro em Cuba, a rebelião urbana do “maio de 68”, a guerra de libertação nacional no Vietnã, o nacionalismo árabe no Magreb-Machrek e a Guerra da Coreia são eventos que contribuíram para consolidar, nas décadas de cinquenta e sessenta, uma imagem voluntarista da revolução. A ação histórico-social de uma vontade coletiva parecia, então, a variável independente básica que explicaria a ocor-

rência de uma revolução. E foi assim que muitas teorias de segunda geração a conceberam.

A crítica inicial que pode ser feita a estas abordagens é de natureza ideológica. Com exceção parcial dos teóricos do conflito político, a maioria dos autores do período escreveu sobre a revolução e a violência política com intenções profiláticas. Concebendo-se a revolução como fenômeno intencional, era possível preveni-la alertando-se o Príncipe e o Povo acerca de seus custos prováveis enquanto tipo de mudança radical. Assim, se poderia neutralizar a revolução mediante “sábias” medidas antecipadoras.

As teorias de segunda geração demonstram maior refinamento conceitual e metodológico do que textos ensaísticos como os de Sorokin ou Brinton. Ainda assim, na primeira metade dos anos setenta, tais abordagens foram criticadas metodologicamente por autores como Goldstone (1980, pp. 430-4), Cohan (1981, *passim*) e Salert (1976, *passim*).

Segundo Goldstone, com graus variados de complexidade e sofisticação, as três abordagens mencionadas conceberam a revolução como um processo de dois tempos. Num primeiro estágio, algum tipo de evento “quebra” ou “muda” as condições de reprodução do *status quo* (guerras, urbanização, industrialização, mudanças valorativas, novos grupos de interesse em cena etc.).

No segundo estágio, essas mudanças “estruturais” afetam alguma variável crítica (a percepção cognitiva das massas, o equilíbrio do sistema ou a magnitude do conflito e dos recursos controlados por grupos de interesses antagônicos). E, quando estas pressões sobre a variável-chave atingem um nível demasiado alto, ocorre uma situação potencialmente revolucionária. Esta se caracteriza, também, pelo fato de diversos eventos políticos que são “aceitáveis” em tempos “normais”, ou seja, que não levam a sociedade ao colapso, tais como guerras, banditismo, conduta estúpida de governos e outros, durante uma situação revolucionária acabarem operando como aceleradores desta. Mas nenhum destes autores, incluídos aí Gurr, Johnson e Tilly, consideram

a revolução como algo inevitável. “Rather, prompt action by elites to manipulate the level of the critical variable — by reform or repression — can still forestall a fullfledged revolution” (Goldstone, 1980, p. 130).

Estas teorias gerais de dois tempos foram criticadas porque suas variáveis causais (privação relativa, desequilíbrio sistêmico, conflitos políticos etc.) foram consideradas excessivamente genéricas, difíceis de serem medidas ou observadas, tornando sua associação com a ocorrência da revolução uma inferência tautológica.

Eisenstadt argumentou que esses diversos tipos de mudança social — econômica, cultural, tecnológica, militar, demográfica, organizacional — considerados potencializadores de situações revolucionárias, poderiam ser igualmente associados ao declínio dos grandes impérios da História, como o romano, bizantino, mongol, otomano, chinês etc. Ora, a mudança social rápida e profunda tem sido uma marca constante no próprio Ocidente desde 1750 e, com a expansão mundial do capitalismo e os contatos com a Europa, no mundo todo desde 1850. E nem por isso a Inglaterra, depois de 1688, o Japão, desde 1868 ou a Austrália, desde sempre, experimentaram revoluções. Ou seja, como sugeriu Tilly em sua polêmica com Huntington, *a modernização não é uma causa direta da revolução*.

Em segundo lugar, nestas teorias de segunda geração a variável crucial é extremamente difícil de ser observada empiricamente. Não apenas o “estado de espírito” de amplas massas de indivíduos, ou a intensidade do “desequilíbrio sistêmico”, ou ainda a “radicalidade” dos objetivos conflitivos dos grupos políticos e a “magnitude” dos recursos controlados por cada grupo; mas, principalmente, e a despeito de várias tentativas empíricas, *a associação entre mudanças macrosociais e atitudes cognitivas individuais na determinação de uma situação revolucionária é ainda nebulosa*. Citando os esforços de Oberschall, Gurr, e outros, Goldstone afirma o caráter ainda hipotético desta associação.

Mesmo no caso de Tilly e seus colaboradores, que parecem ter sólido apoio na evidência empírica testada, não se conseguiu distinguir claramente os processos *revolucionários* de soberania múltipla dos demais, como as guerras de sucessão nos impérios otomano, mongol e chinês, ou as guerras civis como a das Rosas, na Inglaterra, da Secessão, nos EUA, de Biafra, na Nigéria, ou a recente guerra da Bósnia-Herzegovina, na ex-Iugoslávia, dificuldade esta que não passou despercebida aos críticos, como Eisenstadt.

Em terceiro lugar, como decorrência do que se afirmou acima, *é quase impossível delimitar o nível crítico da variável causal* a partir do qual a ocorrência da revolução torna-se provável. Noutras palavras, além de isto comprometer a capacidade preditiva da teoria, torna a inferência da relação causal suposta um argumento circular. Sabemos que a “privação relativa” chegou a um ponto insustentável porque a revolução ocorreu. E, se a revolução ocorreu é porque o “desequilíbrio sistêmico” atingiu um ponto irreversível...

A quarta crítica destacada por Goldstone é sobre o papel das ações das elites dominantes. Se, como vimos acima, estes autores consideram que as revoluções podem ser evitadas se as elites não forem “intransigentes” (Johnson), parece que a formulação clássica de Tocqueville e Brinton se aproxima mais da realidade. Ou seja, considere-se que as classes dominantes dos antigos regimes na França e na Rússia, embora autoritárias e absolutistas, fizeram reformas socioeconômicas, mas não conseguiram evitar a revolução. *Ao contrário, as reformas vindas do alto liberaram energias sociais que tornaram ainda mais vulneráveis a dominação dessas classes*.

Por fim, tais teorias gerais não fornecem (com exceção parcial de Huntington) explicações razoáveis sobre as diferenças *entre* as revoluções modernas. Principalmente, sobre porque as revoluções na Inglaterra, EUA e França geraram regimes liberais, enquanto aquelas realizadas na Rússia, China e Vietnã geraram regimes comunistas.

### 3. Teorias de Terceira Geração: 1975-1993

A produção mais marcante sobre Sociologia das Revoluções neste período foi feita pela chamada vertente “estrutural” da sociologia histórica norte-americana. Esta abordagem mais historicizada dos fenômenos macrosociais, em especial das rebeliões e revoluções modernas, em parte se deu como uma resposta particular aos impasses teóricos das teorias de segunda geração. E, em parte, resultou da profunda modificação na cena das ciências sociais nos EUA desde a década de sessenta, sob o duplo impacto da Teoria da Escola Racional e, em certos campos de estudo, da Sociologia Histórica — com suas vertentes “estruturalista” e “culturalista” (cf. Wacquant e Calhoun, 1991).

É possível citar o congresso da Associação Americana de Sociologia, realizado em São Francisco em 1975, como um marco para a emergência dessa nova abordagem sobre as revoluções modernas.

Segundo um artigo recente:

“Essa ressurgência da sociologia histórica teve origem no descrédito, inseparavelmente científico e político, que as transformações do pós-guerra e os conflitos sociopolíticos dos anos 60 inflingiram às teorias da modernização (versão psicológica à la Inkeles, Maclelland e Lerner, ou estrutural à la Marion Levy e Walt W. Rostow) e ao evolucionismo funcionalista de Parsons e Eisenstadt, que até então reinavam absolutos sobre a macrosociologia anglo-americana. Encorajada pela reabilitação da tradição de Marx, Weber e Tocqueville, uma nova geração de jovens pesquisadores encontrou no método histórico e comparativo o meio de não apenas neutralizar, tornando visíveis, os vícios ideológicos e etnocêntricos da disciplina, mas também escapar à oposição estéril da ‘teoria suprema’ e do ‘empirismo abstrato’, denunciada já em 1959 por C. Wright Mills” (*idem*, p. 82).

Os estudos comparativos e historicamente fundamentados sobre as revoluções modernas, escritos nesse período, partiram dessa

dupla reação contra as teorias gerais de segunda geração e contra as versões então dominantes da teoria da modernização. No período anterior foram publicadas obras pioneiras de sociologia histórica, como as de Reinhard Bendix, Karl Polanyi, S. N. Eisenstadt, Charles Tilly, I. Wallerstein e outros. No terreno específico da Sociologia das Revoluções, os estudos comparativos socio-históricos pioneiros foram os de Barrington Moore Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, de 1966, Eric Wolf, *Peasant Wars of the Twentieth Century*, de 1969, John Dunn, *Modern Revolutions*, de 1972 e, num sentido bastante específico, Hannah Arendt, *On Revolution*, de 1963, entre outros.<sup>6</sup> Nestes trabalhos pioneiros forjou-se a base das teorias de terceira geração.

#### 3.1. Questões Emergentes

Goldstone agrupou as novas ênfases temáticas desse período em cinco blocos: (a) estrutura e objetivos variáveis dos Estados; (b) importância do contexto internacional; (c) estrutura e situação das comunidades camponesas; (d) grau de disponibilidade das Forças Armadas; (e) comportamento e papel das elites dominantes.

(a) As teorias de segunda geração — com exceção de Huntington e Tilly — estavam muito mais atentas aos processos sociopsicológicos das revoluções do que à sua dimensão político-institucional, mais saliente. Em geral o Estado (tanto o governo como a máquina administrativa) foi considerado como uma arena de conflitos entre grupos diversos ou, mais restritamente, como uma instância de dominação social que detém meios de coerção policiais e militares.

As teorias da revolução de terceira geração são tributárias do que se costumou chamar de abordagem neoinstitucionalista dos fenômenos sociopolíticos, proposta por P. Evans, D. Rueschmeyer e T. Skocpol em *Bringing the State Back In*.

Trazer o Estado novamente para o centro das análises significou considerá-lo como

algo mais do que uma arena onde se processam conflitos intergrupais, e/ou meios de coerção centralizados, tomando-o decididamente como uma entidade autônoma, com estruturas objetivas e finalidades próprias. Numa interseção de temas neomarxistas (nexo entre lutas de classes e estruturas do Estado) e neoweberianos (burocratização e extração de recursos da sociedade pelo Estado), a abordagem institucionalista procurou relacionar tipos de Estado, suas relações com outros Estados e com as classes sociais internamente, com maior ou menor predisposição para as revoluções. E também com maior ou menor autonomia potencial em relação aos interesses sociais.

(b) As teorias de segunda geração (e mesmo Brinton e Sorokin) destacaram que guerras intensas e prolongadas podem empurrar sociedades instáveis para crises revolucionárias. Mas, em geral, negligenciaram os efeitos desestabilizadores, a longo prazo, de pressões internacionais variadas. Autores como Neumann, Hermassi, Moore Jr., Wolf, Paige e Skocpol preocuparam-se com dois tipos de pressões a longo prazo: dos conflitos diplomáticos e militares e da expansão capitalista, com a integração desigual dos países ao mercado mundial. Boa parte das atenções dispensadas às conseqüências da competição militar e econômica voltaram-se para a questão das relações sociais no campo.

(c) Definir e explicar o papel dos camponeses nas revoluções foi um dos principais desafios enfrentados pelas teorias de terceira geração.<sup>7</sup> A atividade revolucionária dos camponeses depende das relações destes com os grandes proprietários de terras, com o Estado, com os produtos agrícolas, técnicas de plantio e colheita, bem como da posse ou não de terras e de suas relações com o mercado. Mas, basicamente, a literatura deste período partiu da

simples evidência de que na maioria das revoluções os camponeses foram o ator coletivo mais importante.

(d) A coesão das Forças Armadas e seu papel nas crises revolucionárias foi o centro das preocupações de D. H. Russel em seu *Rebellion, Revolution and Armed Force*, em que desenvolveu algumas das teses do estudo precursor de Katherine Chorley, de 1943.<sup>8</sup> Os trabalhos de Russel — e dos demais analistas do que estamos chamando de segunda geração — demonstraram que as revoluções são impossíveis de ocorrer onde as FFAA de um Estado estiverem intactas e disponíveis para uso. A terceira geração procurou estabelecer as variáveis estruturais que condicionam a coerência estratégica das FFAA e sua disponibilidade para uso em crises domésticas.

Russel considerou 14 casos de revoluções, sete bem-sucedidas e sete malogradas, sendo que o índice de deslealdade das Forças Armadas governamentais foi substancialmente mais alto nos primeiros casos do que nos segundos. No Quadro 8 se pode observar a escala de medição utilizada pelo analista. O índice de deslealdade tem três componentes: o grau de deslealdade (D), o tempo de deslealdade (T) e a proporção de Forças Armadas que apoiaram a revolução (P). O índice é obtido através do produto destes três fatores:  $D \times T \times P = \% X$  de deslealdade. Assim, mesmo que num caso ou outro o grau de deslealdade seja alto e a revolução fracasse (ou vice-versa...), a atenção ao tempo de deslealdade permite controlar a variável independente.

Daí deriva a convicção dos autores posteriores sobre a relação consistente entre um maior controle sobre os recursos coercitivos e maiores chances de êxito na revolução.

Quadro 8  
Escala de Russel sobre a Deslealdade das Forças Armadas

<p>1) Grau de Deslealdade:</p> <p>0 = homens com desejo de luta, entusiasmados</p> <p>1 = homens sem desejo de luta, isto é, rapidamente rendidos</p> <p>2 = homens neutros, isto é, que permanecem sem resistir</p> <p>3 = rebeldes ativamente ajudados, isto é, com fornecimento de armas, rebeldes informados das manobras da tropa e dos planos de batalha</p> <p>4 = luta ao lado dos rebeldes</p> <p>2) Tempo de Deslealdade:</p> <p>0 = nunca (nos últimos 5% da duração)</p> <p>1 = perto do fim (nos últimos 6% a 25% da duração)</p> <p>2 = mais ou menos na metade do caminho (de 26% a 75% da duração)</p> <p>3 = perto do começo (nos primeiros 6% a 25% de duração)</p> <p>4 = desde o começo (nos primeiros 0% a 5% de duração)</p> <p>3) Proporção das Forças Armadas Desleais em um Espaço de Tempo Particular (P):</p> <p>0 = nenhuma (0% – 1%)</p> <p>0,5 = pouca (2% – 10%)</p> <p>1 = alguma (11% – 25%)</p> <p>2 = considerável (26% – 50%)</p> <p>3 = maioria (51% – 95%)</p> <p>4 = toda (96% – 100%)</p>
---

Fonte: Russel (1974, p. 74).

(e) Já nas variáveis relativas ao comportamento das elites, a terceira geração procurou ir além da rudimentar descrição de “reformismo” ou “intransigência”, demonstrando as determinações estruturais deste comportamento e suas conseqüências pós-revolucionárias. Cito, a seguir, numa passagem um pouco extensa, alguns exemplos:

“Eisenstadt has noted that revolutionary elites with close ties to other elites are more likely to build relatively pluralist, ‘open’, postrevolutionary politics, while isolated elites, if victorious a

revolutionary situation, will tend to form coercive, ‘closed’ regimes. Moreover, Skocpol has found that isolated or ‘marginal’ elites are likely to have the greatest inclination, as well as the greatest tactical mobility, to pursue radical revolutionary policies, while traditional landed elites — such as the French aristocracy and the Chinese gentry — are likely to obstruct the state’s attempts to achieve even modest reforms, particularly if such reforms involve greater state centralization and diminution of the elite’s control of resources. Finally, Trimberger has argued that elites with few ties to landholding groups — such as the Japanese and Turkish civil/military

elites — are quite capable of bringing about revolutionary social change by concerted government action” (Goldstone, 1980, p. 437).

Em linhas gerais, estes cinco conjuntos agrupam alguns dos temas-chave da abordagem da sociologia histórica sobre as revoluções.

### 3.2. *Abordagens da Sociologia Histórica*

Vamos comentar agora, resumidamente, os principais trabalhos desse período, que são os livros de Paige (1975), Trimberger (s/d), Eisenstadt (1978) e Skocpol (1979).<sup>9</sup>

#### 3.2.1. *Os Trabalhos Precursores de Barrington Moore Jr. e Eric Wolf*

Como mencionado acima, esses autores basearam seus estudos nos trabalhos pioneiros de Barrington Moore Jr. e Eric Wolf. Movendo-se num nível de análise macrosociológico para comparar casos nacionais, suas variáveis-chave já incluíam relações de classe, o Estado, as relações internacionais e, destacadamente, a penetração do capitalismo no meio rural dos países em modernização. Mas ambos evitaram um estruturalismo “puro”, procurando observar a especificidade de cada país, as contingências históricas e o papel da cultura nacional nos processos revolucionários. Focalizaram principalmente as relações sociais no campo e o papel do campesinato nas revoluções, mas de modo algum ignoraram as forças sociais urbanas.

Barrington Moore concentrou-se nas relações entre os Estados centralizados, a nobreza proprietária de terras e os impulsos comerciais no setor agrícola das economias nacionais. Os arranjos específicos nestas relações explicam, segundo Moore Jr., as três rotas para o mundo moderno: liberalismo, comunismo e fascismo. As rebeliões camponesas, que abriram o caminho para as revoluções comunistas na Rússia e na China, ocorreram porque a agricultura não se mercantilizou e o campesinato manteve sua organização social. O fascismo emergiu no Japão e na Alemanha,

onde os proprietários rurais comercializaram, eles mesmos, sua agricultura, mantendo os camponeses ligados à terra e ao seu domínio. No caso das guerras civis na Inglaterra, França e EUA, Barrington Moore acrescenta uma série de condições complexas para explicar porque elas geraram regimes liberais-democráticos no mundo contemporâneo. Deste modo, o livro de Moore trata tanto das causas histórico-sociais das revoluções, como das origens dos grandes sistemas políticos do século XX, unificando ambas as análises nos termos de um estudo comparado das rotas para o mundo urbano-industrial moderno.

Eric Wolf comparou as maiores revoluções sociais do século XX, ocorridas até os anos sessenta. Embora sua narrativa sobre os seis processos escolhidos seja mais imprecisa, funcionando um pouco como “a collection of rich theoretical leads” (Foran, 1993, p. 2), ela salienta mais do que a de Barrington Moore Jr. as pressões internacionais militares e econômicas sobre os Estados tradicionais, principalmente na Rússia e na China. Ainda assim, o fator central que é comum aos casos estudados por Wolf é o impacto da comercialização da agricultura trazida pelo capitalismo, conjugado com o crescimento populacional, desorganizando os habituais arranjos sociais, políticos, culturais e econômicos. Nestas condições, os Estados e as elites dominantes sofrem crises de legitimação, quando os camponeses médios, reagindo à combinação de oportunidades e pressões, se rebelam. Segundo Wolf, quase sempre em alianças relutantes com forças revolucionárias urbanas, principalmente setores médios intelectualizados. Os resultados dessas insurreições variam de acordo com os recursos militares e organizacionais disponíveis em cada caso.

O que Foran e outros destacam é a sensibilidade de Moore e Wolf para as variações históricas entre os casos, principalmente em uma década marcada pelos grandes sistemas do estrutural-funcionalismo. A mesma preocupação aparece na recusa em generalizar os resultados de suas pesquisas em modelos mais formalizados. Mesmo inserindo novas variá-

veis ou ênfases analíticas, Paige, Trimberger, Eisenstadt e Skocpol seguiram na mesma direção, embora nem sempre com o mesmo êxito.

### 3.2.2. As Revoluções Agrárias de Paige

Em *Agrarian Revolutions* de 1975, Jeffrey Paige elaborou um modelo econômico mais formal sobre os condicionamentos exercidos pela estrutura agrária sobre o desenvolvimento potencial de agitações camponesas e, particularmente, de revoluções. Este modelo foi derivado de uma teoria do conflito rural centrada nas relações entre camponeses e grandes proprietários de terra. Mais especificamente, na forma através da qual estes dois grupos garantem seus rendimentos — se dependem da posse da terra ou de salários e capital, ou ainda de combinações diversas. São estes arranjos específicos que determinam o tipo de conflito rural.

Para Paige, *revoluções camponesas de massa* são prováveis nos países em que a riqueza e os rendimentos dos proprietários rurais dependem da sua própria terra, mas os camponeses ganham sua subsistência através de salários. As *rebeliões camponesas tradicionais (jacqueries)* tendem a ocorrer onde ambos (camponeses/senhores) dependem da posse da terra. E os *conflitos sindicais ou trabalhistas* estão ligados, em geral, às situações onde os donos de terra dependem dos rendimentos do capital comercial (*capital-intensive plantations*).

O modelo foi desenvolvido com base em estudos de casos históricos sobre as relações entre estrutura agrária e conflito rural no Peru, Angola, Vietnã, Quênia e Argélia.

A este modelo básico Paige acrescenta variáveis intervenientes, procurando demonstrar como as pressões do mercado internacional condicionam o conflito rural, ou como os diversos tipos de cultura, a variação nas colheitas e os parâmetros tecnológicos podem influenciar o funcionamento do modelo. A base empírica do modelo é constituída pelos dados relativos ao conflito rural/estrutura

agrária em 135 setores exportadores de 70 países em desenvolvimento.

Menos do que uma teoria geral da revolução, Paige pretendeu explicar como a estrutura agrária (e principalmente seu setor exportador) condiciona as possibilidades de uma revolução. Ainda assim, Goldstone e Foran registram várias críticas feitas na seqüência da publicação de *Agrarian Revolutions*. Para Foran, o modelo de Paige não consegue ser historicamente dinâmico nem sociologicamente abrangente.

Pode-se recusar tal “determinismo agromômico”, observando-se que a própria estrutura agrária é um *produto* do sistema mundial, bem como de condições políticas internas e outros fatores.

Pode-se objetar também com o custo de se retirar do modelo explicativo variáveis como o Estado, as forças sociais urbanas e mesmo o setor agrícola não-exportador, criticando a redução da estrutura social do Terceiro Mundo a um modelo de duas classes rurais. “The result is a map of the conditions under which certain types of social movement may occur, rather than a causal account of the origins of particular revolutions” (Foran, 1993, p. 3).

### 3.2.3. As “Revoluções pelo Alto” segundo Trimberger

Também Ellen Kay Trimberger, em *Revolutions from Above*, de 1978, tentou dar uma explicação completa para um tipo particular de revolução. Para isto comparou quatro casos históricos — a Turquia de Kemal Atatürk (1923-1938), a era Meiji no Japão (1868-1912), o Egito de Gamal Abdel Nasser (1952-1970) e o Peru sob Velasco Alvarado (1968-1975) — nos quais coalizões burocráticas civis-militares derrubaram governos tradicionais e iniciaram programas de modernização que incluíam reformas socioeconômicas bastante profundas.

A variável crucial neste tipo de “revolução pelo alto” é o tipo de estrutura da elite, mais especificamente, o grau de separação da

burocracia civil e militar das classes comerciais e rurais. Trimberger argumenta que quando esta burocracia é formada por funcionários comprometidos com os serviços do Estado centralizado, que não têm terras próprias ou laços de dependência com os senhores rurais, ela tende a reagir às pressões militares e econômicas internacionais com estratégias de mudanças que envolvem a forma de extração de distinções de *status* tradicionais, industrialização acelerada, aumento da capacidade militar do Estado e outros pontos de um programa de modernização.

Mas, segundo Trimberger, embora as “revoluções pelo alto” possam ser bem-sucedidas a médio prazo, estrategicamente elas tendem a gerar uma dependência dos países que as empreenderam, em relação às economias mais poderosas dos países mais avançados.

Este efeito “indesejável” decorreria da própria natureza da “revolução pelo alto”, pois a elite burocrática, ao tentar prescindir da mobilização social para sustentar seu programa, tem de se aliar aos senhores locais para manter o fluxo de excedentes agrícolas necessários ao financiamento de seus programas de modernização.

A longo prazo, a manutenção das posições de poder desses grandes proprietários impede a formação de um grande mercado interno de massas, acarretando a dependência internacional; seja de capitais para investimento (caso da Turquia e da maioria dos países de industrialização recente), seja dos mercados internacionais (caso do Japão e dos países com setor exportador hipertrofiado).

#### 3.2.4. Eisenstadt e a Orientação Cultural nas Revoluções

O trabalho de Eisenstadt, *Revolution and Transformation of Societies*, de 1978, introduz uma variável causal importantíssima, desenvolvida por autores posteriores: a orientação cultural das sociedades. Reconhece, como os demais trabalhos de terceira geração, o papel das pressões internacionais e das estru-

turas estatais, agrárias e sociais no condicionamento das possibilidades de uma revolução ocorrer ou não.

No entanto, ao examinar diversos modelos de mudança em sociedades tradicionais patrimoniais, tribais, imperiais ou mesmo cidades-Estado, Eisenstadt observou que, embora muitas condições estruturais estivessem presentes nestas sociedades, seus padrões de mudança social não eram revolucionários. E mesmo que fossem profundas e efetivas em esferas socioculturais ou até institucionais, não ocorria uma verdadeira revolução em esferas igualmente axiais destas civilizações.

Baseado nesta constatação, Eisenstadt diferenciou as mudanças *segregadas* — mudanças desconectadas em várias esferas sociais com temporalidades diferenciadas — das mudanças *coalescentes* — que são mudanças conexas e concentradas temporalmente em diversas esferas sociais, redundando em transformação revolucionária das estruturas sociais e regimes políticos existentes.

A tendência para mudanças coalescentes ocorreria em sociedades cuja ordem cultural é marcada por grandes tensões entre ordem transcendental e ordem mundana, sem que seja possível um compromisso entre estas, que não são aceitas como dadas.

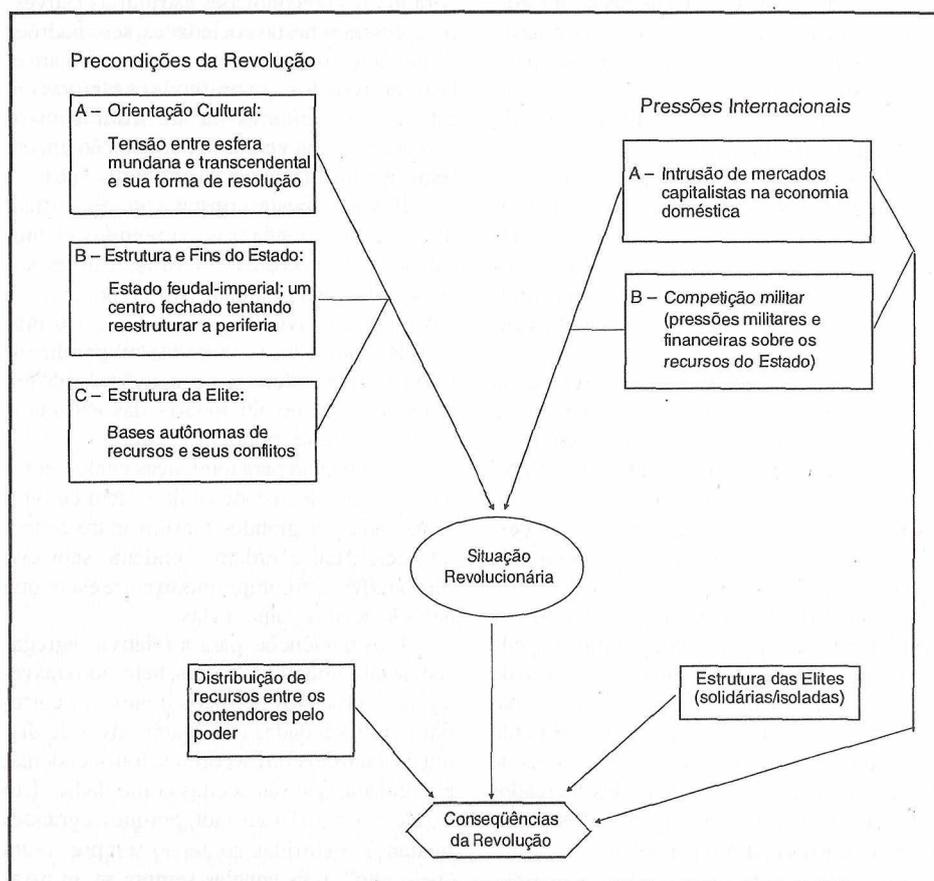
E as tendências para a relativa segregação de movimentos rebeldes, heterodoxias religiosas, protestos políticos e outros, ocorreriam em sociedades com baixo nível de distinção e tensão entre as ordens transcendental e mundana, que são aceitas como dadas. Isto explicaria, para Eisenstadt, porque as grandes mudanças ocorridas no Japão sempre foram “pelo alto”, pois aquelas sempre se ampararam em símbolos tradicionais de legitimidade e continuidade com o passado para se tornarem viáveis.

Para explicar a diversidade de regimes gerados por revoluções (tema destacado no final da seção 2.4), Eisenstadt acrescenta às variáveis estruturais de Huntington, Moore Jr. e Paige, a própria estrutura interna da elite revolucionária como variável independente. Nos países onde esta elite dispunha, antes da

revolução, de laços de solidariedade com elementos de outras elites (dominantes) os processos de mudança tenderam a ser mais eficientes e menos coercitivos, como nos Países Baixos, na Inglaterra ou nos EUA. Ao contrá-

rio, onde a elite revolucionária vitoriosa foi uma “elite isolada” (como os bolcheviques na Rússia ou os comunistas chineses), a tendência é a de que os regimes pós-revolucionários sejam mais fechados e coercitivos.

Quadro 9  
Modelo Histórico-Estrutural de Eisenstadt



Fonte: Goldstone (1980, p. 445).

As hipóteses acima são insuficientes, mesmo descontando-se o reducionismo causado por um resumo tão grosseiro das idéias do autor. O ponto a destacar é o esforço feito por Eisenstadt para articular os aspectos estruturais e culturais na explicação das revoluções modernas. Neste ponto, trata-se de uma obra antecipadora dos debates posteriores.

### 3.2.5. As Revoluções Sociais segundo Skocpol

No entanto, no livro de Skocpol, *States and Social Revolutions*, sem dúvida o produto mais importante das teorias de terceira geração, a ênfase ainda é fortemente estrutural, com uma metodologia histórico-comparativa

que considerou três casos positivos (França, Rússia e China) e três negativos (Inglaterra, Prússia e Japão).

A análise de Skocpol é “estrutural” em dois sentidos. Primeiro porque as variáveis decisivas são as relações entre classes sociais antagonônicas, entre o Estado e as classes e dos Estados entre si. Mas, principalmente, porque nenhum dos grupos sociais envolvidos no processo revolucionário têm controle sobre as causas que o desencadeiam, nem sobre as conseqüências que dele decorrem. Segundo a fórmula retomada pela autora, “as revoluções não se fazem; surgem” (Skocpol, 1985, p. 30).

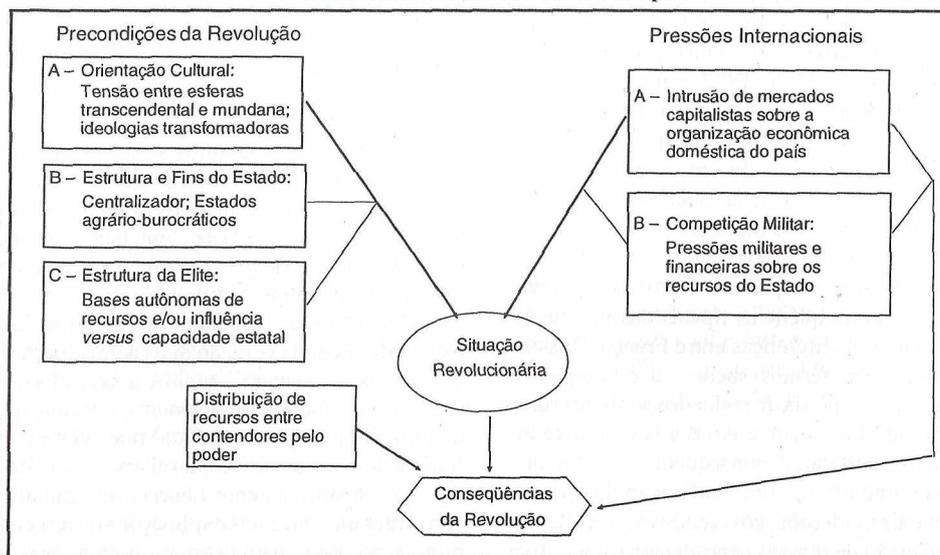
As revoluções sociais analisadas por Skocpol são de um tipo particular, diferente das revoluções políticas estudadas por Trimberger, bem como das rebeliões agrárias que conformaram a maioria dos casos arrolados por Paige. As revoluções sociais seriam marcadas, para utilizarmos a nomenclatura de Eisenstadt, por mudanças coalescentes nas estruturas estatais e sociais de uma nação, sendo “acompanhadas e em parte levadas a cabo por revoltas das classes inferiores”. É esta dupla “coincidência da mudança estrutu-

ral da sociedade com a sublevação de classe; e [...] entre a transformação política e a transformação social” (*idem*, p. 16), que caracterizaria seu estatuto específico.

Na primeira parte do livro a autora discute por que revoluções deste tipo ocorreram em países como a França, Rússia e China e não na Inglaterra, Prússia ou Japão. Afinal, nos dois conjuntos de países houve períodos de tensão semelhantes. Mas, no segundo conjunto, as crises geraram um tipo de transformação revolucionária que pode ser chamada de “conservantista”, “política”, “pelo alto” etc. Segundo Skocpol, os elementos diferenciadores devem ser buscados nas relações agrárias, na estrutura do Estado e no tipo de pressão externa a que os países estavam submetidos.

Assim, por exemplo, relaciona-se a intensidade da revolta camponesa com a autonomia e organização de suas comunidades. Nos países em que a transição para o capitalismo expropriou o campesinato e desarticulou sua vida comunitária, a revolta dos camponeses foi menos intensa do que em outros, como França e Rússia, onde vastas massas preservaram certa autonomia frente aos latifundiários.

Quadro 10  
Modelo Histórico-Estrutural de Skocpol



Fonte: Goldstone, 1980, p. 441.

Também a intensidade do conflito entre a monarquia e os senhores rurais dependeria da autonomia destes em relação à burocracia estatal e dos recursos mantidos pelos senhores locais.

Na França e na China o pessoal burocrático era recrutado primeiramente junto a estes estratos dominantes, que mantinham instituições e recursos próprios de poder. Quando as diferenças entre os interesses da monarquia e dos senhores transformaram-se em conflito aberto — na China, após a penetração ocidental e, na França, durante a crise do século XVIII —, as classes senhoriais tiveram força para paralisar o governo central, abrindo caminho para a revolta camponesa crescer até o ponto da ruptura revolucionária.

Ao contrário, no Japão e na Prússia os senhores tinham um poder estritamente local, com o governo central operando com larga autonomia. Nesses casos, quando as crises emergiram, as relações entre as duas esferas de poder foram reformadas sem que a burocracia central perdesse sua efetividade.

Por fim, as revoluções sociais seriam condicionadas pelas pressões econômicas e militares externas, tanto mais desagregadoras quanto mais avançado o adversário. Neste aspecto, Skocpol situa o caso russo como situação extrema. O contraste poderia ser feito com a Prússia em 1848, submetida a uma menor pressão militar e com uma estrutura agrária capaz de suportar uma sobre-expropriação de recursos em tempos de crise. Neste caso, o exército estava intacto e bem abastecido, podendo ser utilizado pelo rei para suprimir a insurreição urbana.

Na segunda parte do livro, Skocpol analisa as consequências típicas das revoluções sociais e as diferenças entre França, Rússia e China. Em termos sociais, a consequência básica foi a perda de poder dos senhores rurais para as classes subalternas e para a nova burocracia estatal. A consequência institucional mais importante foi a edificação de aparatos estatais modernos, governados através de mobilização de massas centralizada e coercitiva, mais poderosos que as forças sociais internas

e do que outros Estados rivais. Para Skocpol, o maior ou menor impulso para a industrialização, bem como o regime de propriedade, estavam ligados aos laços sociais dos revolucionários e aos recursos estratégicos disponíveis, mais do que as ideologias ou vontade dos novos governantes.

Desde a publicação de seu livro, Skocpol envolveu-se em um infundável debate crítico.<sup>10</sup> Nele, ela foi questionada

“for comparing states in very different historical and power situations and also, paradoxically, for failing to generalize beyond her three cases; for elevating the state to the highest level of explanation [‘statolatry’] [...] for failing to weight properly the contribution of urban forces, or of coalitions generally; for misapplication of Millian methodology [...] for inaccuracy regarding aspects of this or that case [...]” (Foran, 1993b, p. 4).

Muitas destas críticas foram provocadas pelo tom propositadamente unilateral usado por Skocpol. Elas não invalidam o fato, salientado por Foran, de que a produção dos últimos 14 anos dialogou com a abordagem histórico-estrutural das revoluções. Em parte procurando aprofundá-la em pontos centrais, mas também num esforço de superação crítica.

### 3.3. *Desdobramentos nos Anos 80: Estado e Sistema Internacional*

Uma parte dos trabalhos mais recentes de Sociologia das Revoluções procurou desenvolver algumas das “vantagens” analíticas das teorias de terceira geração, em face das de segunda, e/ou retificar a abordagem histórico-estrutural em alguns pontos.

Considerando aquelas críticas feitas às teorias de segunda geração mais acima (seção 2.4), essas “vantagens” analíticas eram basicamente de cinco tipos. Primeiro, em função de uma delimitação conceitual mais clara do fenômeno revolucionário, a relativa escassez de casos historicamente observáveis jamais constituiu um óbice nas explicações de terceira geração. Pois, para estas, embora as pressões sociais internas e as pressões econômi-

cas, militares e políticas externas fossem generalizadas para todos os países em transição para o capitalismo, apenas aqueles com certo tipo de estruturas agrárias, estatais e de relações sociais de dominação tenderiam a responder a essas pressões com revoluções. No entanto, boa parte dos trabalhos centrais dos anos setenta baseou-se em um número muito pequeno de casos (vide seção anterior). Um desdobramento típico das teorias de terceira geração nos anos oitenta foi o esforço de ampliar o número de casos considerados, inserindo-os em tipologias mais consistentes.<sup>11</sup>

Em segundo lugar, talvez porque as variáveis estruturais raramente sejam de intervalo, e sim predominantemente nominais ou ordinais, estas variáveis pareceram menos vagas e mais fáceis de se observar empiricamente do que as das teorias gerais dos anos sessenta. Mesmo aquelas que exigem grande especificação dos indicadores, tais como “existência ou não de recursos centralizados” (cujos indicadores seriam, por exemplo, centros de indústria pesada, redes de transporte etc.), “origem da riqueza da elite” (se depende da terra, do comércio, do Estado etc.), “coerência e disponibilidade das Forças Armadas”, “orientação cultural” e outras, parecem ser mais controláveis do que “desequilíbrio sistêmico”.

Terceiro, o problema do *timing* das revoluções é mais simples aqui. Para as teorias de segunda geração, sempre que as variáveis cruciais atingissem níveis críticos, a revolução tenderia a ocorrer. Ao contrário deste curto período de instabilidade, a combinação de certas precondições estruturais com a pressão econômica e/ou militar dos países capitalistas mais poderosos, torna provável (ou improvável) a ocorrência de uma crise revolucionária num prazo médio de várias décadas.

Em quarto lugar, a questão da intransigência ou reformismo da elite perde a centralidade que tinha em Johnson e Brinton. As estruturas agrárias, os recursos controlados pelas classes dominantes e o processo de penetração do Estado na sociedade são historicamente condicionados, segundo a aborda-

gem socioestrutural. Não se tratam de opções conjunturais das elites, mas de possibilidades/necessidades incontroláveis no curto prazo.

Finalmente, as teorias de terceira geração incorporaram as consequências dos processos revolucionários ao cerne de suas análises, enquanto anteriormente estas consequências permaneciam sem especificação nem papel explicativo, ou mesmo classificatório.

Quanto às questões emergentes apontadas no item 3.1, os trabalhos recentes concentraram-se nos temas do Estado e do Sistema Internacional.

Na questão dos *tipos de Estado* mais vulneráveis às revoluções, Robert Dix (1984) fez uma distinção básica ao verificar que regimes “relativamente abertos”, ou mesmo aqueles dominados por elites militares em aliança com outras elites-chave, têm conseguido evitar revoluções; enquanto regimes autoritários, sem aliados, antinacionais e corruptos tendem a ser mais vulneráveis. Esta constatação qualifica a tese de Huntington sobre o grau de institucionalização do regime como variável independente. Ela foi refinada e ampliada nos textos de Jeff Goodwin e T. Skocpol (1989), T. Wickham-Crowley (1989) e Evenly B. Davidheiser (1992), entre outros (Goldstone, 1982 e 1986; Midlarsky e Roberts, 1985).

Todavia, a conceituação destes regimes foi objeto de polêmica; Goldstone (1992 e 1986) chamou de regimes “neopatrimoniais” aqueles como os do Porfiriato no México, de Batista em Cuba, do Xá no Irã e de Somoza na Nicarágua. E Manus Midlarsky e Kenneth Roberts (1985) propuseram chamar de “*autonomous personalist*” os governos vulneráveis de Batista e Somoza, contrastando-os com os “*instrumentalist elite-based regimes*” de El Salvador e Guatemala, para tentar explicar as causas da não-derrubada destes, e para contrastá-los também com os *autonomous institutional states* do México e do Brasil.

Uma outra via de pesquisas recentes tem examinado a relação entre legitimidade e *performance* dos regimes em crise. No caso do Irã, por exemplo, tanto G. Hossein Razi

(1987) quanto Said A. Arjomand (1988) salientaram o fato de que Reza Pahlevi foi derrubado menos porque seu exército entrou em colapso e muito mais porque sua autoridade nacional foi solapada por sua colaboração com os EUA.

Todos esses trabalhos seguem a agenda proposta por Skocpol sobre a autonomia do Estado, em novas direções empíricas e conceituais. O reparo que Foran faz é quanto a um eventual exagero no papel atribuído ao Estado, abstraindo-se de outras estruturas nas quais ele está inserido e que condicionam seu desempenho. Afinal, nem todos os regimes ditatoriais são derrubados (cf. Kuomintang em Taiwan; Kim Il Sung na Coreia do Norte; Mobuto no Zaire etc.) ou são substituídos através de transições revolucionárias (cf. transições do Sul da Europa, da América do Sul e da África do Sul etc.). Assim, ainda permanece sem resposta a questão de saber-se sob que condições os governos são incapazes de usar a coerção e/ou de ter a lealdade de grupos-chave na população.

Também em relação à *dimensão externa* das crises revolucionárias, a produção do período (Roxborough, 1989a e b) seguiu nas pegadas de Skocpol (1979), embora com reorientações significativas.

Já no estudo de Walter Goldfrank (1979) sobre a Revolução Mexicana, a ênfase é transferida das pressões econômicas e militares para “*a tolerant or permissive world context*”. Em outras palavras, para os cenários internacionais mais favoráveis à vitória das forças sociais revolucionárias.

Segundo este autor, estes cenários seriam de três tipos: (a) quando as maiores potências internacionais estão ocupadas com guerras ou problemas internos; (b) quando potências rivais se impedem mutuamente de influenciar os acontecimentos nos países em crise; (c) quando os revolucionários recebem mais ajuda externa do que o regime estabelecido. Os casos do Irã, Nicarágua e Alemanha Oriental ilustram um quarto tipo de cenário: quando as potências internacionais retiram seu apoio e suporte a regimes considerados ditatoriais e

ilegítimos por parcelas expressivas de suas populações.

Mas o grau preciso de influência dos fatores externos é ainda objeto de debate. Nos trabalhos já citados de 1989, Wickham-Crowley afirma que esses fatores têm importância secundária. Ao contrário, Ian Roxborough, em estudos sobre as revoluções latino-americanas, publicados também em 1989, buscou qualificar a hipótese da influência decisiva dos fatores externos decompondo o conceito de “dependência” em diferentes tipos (financeira, política, militar, de investimentos, de mercados para exportação etc.) que se combinaram de forma particular nos casos do México, Bolívia, Cuba e Nicarágua, resultando na emergência de forças revolucionárias comprometidas com a regeneração da nação, contra governos coniventes com o controle estrangeiro.

Todos estes trabalhos procuram analisar a especificidade das revoluções do Terceiro Mundo diante dos casos agrário-imperiais estudados por Skocpol (a China permanecendo como um caso intermediário), sem se afastar da abordagem histórico-estrutural, aproveitando, inclusive, as indicações da autora a este respeito feitas na conclusão de *States and Social Revolutions* (1985a, pp. 297-305).

### 3.3.1. O Modelo Conjuntural de Goldstone

Além das próprias intervenções de Skocpol e Eisenstadt nos debates subseqüentes,<sup>12</sup> o esforço mais significativo deste segundo momento da Sociologia das Revoluções está contido no recente e polêmico livro de Jack Goldstone, *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*, de 1991. A revolução se define, segundo Goldstone, como uma crise simultânea no funcionamento do Estado, na dominação das elites e na vida cotidiana popular — as três dimensões conformam o “*state breakdown*”. Todavia, como uma crise deste tipo pode resultar em fenômenos distintos, como reformas, rebeliões, revoluções, golpes de Estado ou guerras civis, o autor acrescenta que apenas quando a sociedade enfrenta, simultaneamente, outros quatro tipos de dificul-

dades é que a revolução, entendida como ruptura da dominação encarnada no Estado, se torna provável: (a) *state financial crises*; (b) *severe elite divisions*; (c) *high potential for mobilizing groups*; d) *salience of heterodox cultural and religions ideas*.

A introdução destes elementos, extraídos de diversos autores da tradição acadêmica norte-americana de Sociologia das Revoluções, visou fornecer uma dimensão *conjuntural* capaz de dinamizar o estruturalismo historicizado das teorias de terceira geração.

Mas, no caso da explicação sobre o surgimento da conjuntura revolucionária na primeira fase da era moderna (1453-1789), o modelo causal utilizado pelo autor é fortemente estrutural: "The broad-based impact that sustained population growth (or decline) had on economic, social, and political institutions of bureaucratic states" (Goldstone, 1991, p. XXIV).

Salientando não tratar-se de um modelo demográfico monocausal, e sim das inter-relações entre crescimento populacional e estruturas socioinstitucionais, o autor dedicou grande parte do livro à análise do papel dos fatores culturais na determinação das diferentes conseqüências dos *state breakdowns*, seja no caso das diferentes burocracias agrárias dos primeiros tempos da modernidade (Inglaterra e França x Índia e Império Otomano, por exemplo), seja no caso das diferentes conseqüências do crescimento populacional na Europa dos séculos XVII-XVIII e no Terceiro Mundo, no século XX.

Para Goldstone, os fatores culturais operam distintamente conforme as fases da crise revolucionária. No período pré-revolucionário, sentimentos de injustiça e apelos pela restauração de equilíbrios tradicionais, potencializam ideologias de "retificação". No curso dos conflitos sociais, elites dominantes e contraelites procuram utilizar uma base cultural popular para gerar ideologias "transformadoras" com forte ênfase em temas como redistribuição de riqueza e poderio nacional. Na fase pós-revolucionária, maiores ou menores tensões ideológicas ligadas, respectivamente, a

visões escatológicas ou cíclicas de História, explicariam a diferença entre a evolução dinâmica da Inglaterra ou da França e a relativa estagnação da China ou da Turquia.

Finalmente, o autor atribui a hegemonia mundial do modelo ocidental de civilização à "feliz" combinação de democracia e capitalismo, apresentando-a como prescrição para o Terceiro Mundo hoje, como alternativa às conseqüências "inevitavelmente" autoritárias dos processos revolucionários de mudança.

Mesmo descontando-se os equívocos que fatalmente uma sinopse tão curta de um trabalho tão extenso acarretam, a abordagem de Goldstone parece ficar bem aquém dos trabalhos de Skocpol e Eisenstadt. Para John Foran, "Goldstone seems to believe that culture prevented China, Spain, and Ottomans from meeting the challenge of world capitalism; this argument downplays military, political, and economic power considerations" (Foran, 1993, p.16). Como contraponto, basta lembrar que são exatamente as relações entre poderio econômico e poderio militar, aliados ao índice de flexibilidade estatal, que explicam, na obra de Paul Kennedy (1989), a ascensão e queda das grandes potências e as causas da hegemonia ocidental.

Portanto, embora as referências analíticas ao Oriente e ao Terceiro Mundo distanciem bastante Goldstone do eurocentrismo das teorias de segunda geração, algumas semelhanças com a Teoria da Modernização surgem quando se observa o papel explicativo atribuído à cultura. Na fase pré-revolucionária ela é totalmente subordinada aos condicionantes materiais e demográficos, sendo superestimada na explicação das diferentes conseqüências das revoluções no Ocidente e no Oriente, no século XVIII e no século XX.

Por fim, a prescrição de democracia liberal e capitalismo para os países do Terceiro Mundo como "alternativa às conseqüências autoritárias" das revoluções tem uma dupla significação. Analiticamente, recua em relação à brilhante análise de Barrington Moore Jr. sobre as origens revolucionárias da democracia e da ditadura contemporâneas e das

diferentes vias de acesso a elas. Ideologicamente, reflete o clima de euforia liberal pós-1989, que durou exatos dois anos, até a Guerra do Golfo, época da publicação do livro de Goldstone. O sólido diálogo com os temas neomarxistas e weberianos que marcou os trabalhos clássicos de sociologia histórica das revoluções, e que era em si mesmo uma ruptura com o preconceito conservador das teorias de primeira e segunda geração, parece ter sido abandonado nesse livro.

Neste sentido, a tarefa teórica de combinar a abordagem histórico-estrutural com uma teoria da ação coletiva revolucionária exige, ainda, formulações de quarta geração.

#### 4. Teorias de Quarta Geração? 1980-1994

Paralelamente a esses esforços de correção e aprofundamento da literatura de sociologia histórico-estrutural, nos últimos quinze anos surgiram também uma gama de estudos voltados para a superação crítica deste paradigma. Goldstone utilizou a imagem de um *caleidoscópio* para descrever a referência teórica desta miríade de títulos recentes sobre Sociologia das Revoluções.

Portanto, a principal tarefa, nesta última seção, será apresentar esta bibliografia procurando relacioná-la com as correntes centrais da ciência social norte-americana do período. Isto é relativamente mais simples no caso da vertente culturalista da sociologia histórica<sup>13</sup> e dos autores que trabalham sob o paradigma da "teoria da escolha racional" (M. Taylor, 1988; S. Popkin, 1979 e 1988; Przeworski, 1989; Lichbach, 1994 etc.).<sup>14</sup> Mais complicado é sistematizar a série de trabalhos que, muito imprecisamente dito, operam no contexto de uma nova "sociologia do desenvolvimento" (Walton, 1984; Foran, 1990 e 1993; Fahri, 1988; Kimel, 1990; De Fronzo, 1991 etc.).

Assim, optei por iniciar destacando os eixos temáticos que atravessam as três correntes. Estes são, basicamente, a questão dos condicionamentos mútuos entre estrutura social e ação coletiva revolucionária; e o tema

do papel da ideologia e da cultura nos processos revolucionários de mudança social.

Na seqüência, como nas seções anteriores, discute-se tais questões em torno da obra de alguns autores exemplares. Neste caso, serão comentados brevemente os textos de Sewell Jr., Taylor e Lichbach, Walton e Foran.

##### 4.1. Questões Emergentes

Nos anos oitenta e noventa a Sociologia das Revoluções procurou explorar os temas da ação coletiva e da ideologia, acima destacados, que foram negligenciados pelas teorias de terceira geração; inclusive nos casos de Eisenstadt, pioneiro na valorização da orientação cultural como variável estrutural independente, e de Skocpol, disposta a aceitar um papel ativo (ainda que heterônomo...) para as massas sublevadas.

No afã de corrigir o reducionismo psicológico dos anos sessenta (Gurr, Davies, Johnson etc.), os expoentes da sociologia histórica nos anos setenta minimizaram a relevância dos sujeitos coletivos e a dimensão violenta dos conflitos revolucionários, dois aspectos centrais do fenômeno. A ênfase explicativa nos condicionamentos impostos pelos tipos de estruturas sociais sobre a ação coletiva de grandes grupos latentes, como as classes, redundou num certo "resfriamento" do objeto. O que não se coaduna, de modo algum, com as características mais salientes do fenômeno revolucionário:

"At the very centre of revolution lies an emotional upheaval of moral indignation, revulsion and fury with the powers-that-be, such that one cannot demur or remain silent, whatever the cost. Within its glow, for a while, men surpass themselves, breaking the shackles of intuitive self-preservation, convention, day-to-day convenience, and routine" (Shanin, *apud* Foran, 1993, p. 7).

Esta revalorização da ação e do sentimento das massas como variáveis explicativas relevantes, quando tais variáveis pareciam interessar apenas aos líderes políticos e teóricos marxistas, não deve ser confundida com um movimento cíclico ou pendular na Sociologia

das Revoluções nos EUA. Não se trata de uma retomada dos enfoques psicológicos dos anos sessenta. Até porque, as ênfases no papel dos sujeitos *ou* na dinâmica objetiva das crises variaram mesmo no interior de cada movimento teórico, como se pôde verificar nas seções anteriores.

Contrariando a fórmula brandida por Skocpol, de que as revoluções simplesmente ocorrem, o ponto que animou as discussões recentes foi a pergunta sobre *quem*, precisamente, *faz* as revoluções. Desde a geração de Marx e Tocqueville, mesmo que se afirme que os atores principais são os camponeses, ou as forças sociais urbanas, quase todos os estudiosos reconhecem que a ocorrência de uma “verdadeira” revolução implica a existência de complexas alianças sociais, na maioria das vezes com objetivos conflitantes internamente.

Uma tentativa exemplar de especificar melhor como funcionam estas alianças necessárias e possíveis foi feita por Huntington (1975 [1968]), argumentando sobre as formas e o ritmo da aproximação entre os intelectuais urbanos e a massa dos camponeses pobres, quase sempre unidos em torno de uma ideologia popular nacionalista. Tanto Wolf (1984 [1969]) quanto Moore Jr. (1983 [1967]) endossam uma análise nestes termos, embora acentuando o peso social do campesinato. Esta centralidade causal das rebeliões camponesas para a gênese das revoluções modernas foi reforçada por quase todos os autores desde os anos setenta, desde Paige (1975) e Migdal (1974), até Skocpol (1979) e Zagorin (1982), passando por Scott (1976), Popkin (1979) e Lichbach (1994).

Foran argumenta que uma das razões para este “esquecimento” das forças urbanas, nos estudos dos anos setenta, foi o fracasso das guerrilhas urbanas na América Latina, bem como o contraste desta série histórica de derrotas com as vitórias camponesas no Vietnã e na África Sub-saariana durante o mesmo período.

De qualquer modo, uma característica da produção dos anos oitenta foi uma certa recuperação do papel destas forças urbanas, em

casos típicos como a França (Goldstone; 1984); Cuba, Irã e Nicarágua (Gugler; 1988); a Inglaterra de 1640; Berlim e Viena em 1848 (Goldstone; 1991).

Este movimento, de certo modo, restabelece uma avaliação mais criteriosa sobre o peso específico dos diversos grupos sociais envolvidos numa interação estratégica desta natureza. Até este ponto, trata-se apenas de refinar as análises de Huntington (1975 [1968]) e Tilly (1973; 1975; 1978) sobre a necessidade de coalizões, inclusive incorporando a noção brintoniana/huntingtoniana de tendência à fragmentação da coalizão vitoriosa após a conquista do poder (vide quadros com os modelos destes autores). Esta é a tônica dos trabalhos de Dix (1984) sobre Cuba e Nicarágua, de Goodwin (1987) sobre o conjunto da América Central, de Gould (1987) sobre a Inglaterra, e de Moghadam (1989) e Foran (1993a) sobre o Irã.

Para além destes desdobramentos da escola do “conflito político” (ou da “mobilização de recursos”), cabe registrar os trabalhos de teoria da escolha racional, que operam no nível micro-sociológico das motivações dos indivíduos pertencentes a grupos (latentes e/ou organizados); e das condições para o engajamento ou não destes indivíduos em ações coletivas revolucionárias. Como veremos abaixo, estes tratam menos de identificar e avaliar os atores sociais relevantes, do que de analisar a racionalidade ou não do engajamento revolucionário coletivo em si mesmo.

Segundo Foran,

“with respect to the class dimension of social structure, then, the questions are as follows: what classes participate in revolutions, and why? What classes are divided, and how? Ultimately, what patterns exist across cases, and how may these various coalitions be characterized?” (Foran, 1993, p. 8).

Para além da análise das classes, grupos e coalizões, um dos movimentos mais significativos nesta literatura recente vai no sentido de se estudar outras dimensões e clivagens existentes na estrutura social, tais como gênero, etnia, região e religião, consideradas ma-

trizes conflitivas relevantes para a explicação de certas revoluções. Foran cita uma série de estudos de caso recentes sobre o papel das mulheres nestes processos,<sup>15</sup> destacando a pesquisa comparativa de Valentine Moghadam (1990) sobre os conflitos ideológicos em torno dos papéis sexuais e familiares das mulheres ao longo de uma série de casos históricos, considerando-os indicativos das intenções profundas dos revolucionários. Do mesmo modo, o artigo cita outros trabalhos recentes sobre raça e religião, demonstrativos de como as motivações para a ação revolucionária variam de um grupo a outro. Estudos de caso sobre Cuba, Irã e França evidenciam a potencialidade destes cruzamentos teórico-metodológicos (cf. Foran, 1993a, pp. 8-9).

Também as questões sobre ideologia, moral e cultura tiveram desdobramentos que vão além de um mero retorno às teses de Brinton sobre a “deserção dos intelectuais”, de Johnson sobre a “dessincronização valor-ambiente”, ou mesmo de Eisenstadt, sobre a “orientação cultural” das sociedades e dos revolucionários.

Na verdade, também sobre estes temas o ponto de partida dos debates e pesquisas recentes foi a obra de Skocpol. Mais precisamente, a provocativa afirmação que segue:

“Assim, as ideologias revolucionárias e os indivíduos com elas comprometidos eram indubitavelmente ingredientes necessários nas grandes revoluções sociais que aqui investigamos. Todavia, não é possível sustentar para além disso que o conteúdo cognitivo das ideologias forneça de algum modo uma chave predicativa quer para as consequências das Revoluções quer para as atividades dos revolucionários que edificam as organizações estatais que consolidaram as Revoluções” (Skocpol, 1985a [1979], p. 184).

Nesta asserção, o conceito de ideologia designa concepções de mundo coletivas (jacobinismo, bolchevismo, maofismo etc.), conscientemente escolhidas, voltadas para orientar a luta política dos sujeitos sociais. Ao que parece, a resposta ao “estruturalismo” político e econômico das teorias de terceira geração orientou-se noutra direção.

A ênfase é posta sobre a idéia de ideologias como visões de mundo socialmente dadas, como conjunto difuso de crenças, valores e costumes que conformam o substrato cultural dos atores sem que, na maioria das vezes, eles próprios estejam conscientes do fenômeno.<sup>16</sup> Uma problematização do papel social da cultura, capaz de apanhar as relações entre estas duas dimensões contraditórias do fenômeno da ideologia, talvez pudesse enfim estabelecer seu peso real na explicação das revoluções modernas.

Muitos autores americanos contemporâneos apóiam-se nas pesquisas empíricas dos historiadores marxistas ingleses sobre estas questões, desde as de G. Rudé e Hobsbawm até os trabalhos de C. Hill e E. Thompson. Este último, na verdade, já em 1963 valorizara imensamente o papel da cultura como auto-identificação coletiva, em seu estudo sobre a formação da classe operária inglesa. Se as identidades culturais e as crenças coletivas são determinantes nos processos sociais básicos, não haveria de ser diferente no processo de formação das forças revolucionárias; interessando, portanto, aos novos pesquisadores identificar estes “discursos” no nível mais infra-político, no qual eles condicionam a emergência dos próprios conflitos políticos.

No já mencionado livro de 1976, James Scott retoma o conceito de “economia moral da multidão”, utilizado por Thompson em 1971, ao sustentar a tese de que os camponeses, vivendo com margens estreitas de subsistência e esperando um mínimo de proteção dos senhores rurais, possuem um senso muito aguçado de justiça. Uma vez violados estes códigos morais e/ou estas margens mínimas de conforto material, a comunidade tende a reagir violentamente. Num outro trabalho, de 1990, Scott procura refinar esta análise, concentrando-se nos aspectos “performativos” das relações de dominação, seja nas condições simbólicas de reprodução do poder, seja nas condições de elaboração da resistência. Aqui, o conceito-chave é o de *hidden transcript*, entre condicionantes materiais e culturais da resistência social cotidiana, numa tipologia mui-

to ampla (rebeliões, atos públicos, invasões, boatos etc.) que se fixa nos aspectos rituais e não explícitos destas resistências (Scott, 1976 e 1990).

É evidente que uma abordagem mais "antropológica", como esta, guarda pouca semelhança com a curva J de Davies ou com a teoria da privação relativa de Gurr, constituindo um forte exemplo das tendências recentes. Contribuições mais conceituais sobre o papel da cultura e da ideologia na explicação da mudança social foram feitas por Craig Calhoun (1983; 1988) e Carlos Forment (1990).

Calhoun acentua a associação existente, nas comunidades fortemente unidas, entre o apego às práticas sociais cotidianas e o potencial mobilizador causado por mudanças "ameaçadoras" nestas práticas. Para Calhoun, estes atores, mobilizados por valores culturais tradicionais para participarem de conflitos sociais defensivos, podem ser vistos como *reactionary radicals*.

Diferentemente de Thompson e Natalie Davis (Desan, 1992), este autor não trata a comunidade de forma homogênea, pois situa a fonte das "mudanças ameaçadoras" endogenamente, no conflito cultural entre membros da própria comunidade. No caso de Forment, Foran destaca o exercício teórico feito por este autor para colocar em contato as análises de Foucault e Skocpol sobre a política e o Estado. O conceito-chave de Forment é o de *political space*, através do qual ele correlaciona discurso e poder, bem como busca apreender o papel da representação cultural nas práticas políticas.

Todavia, o exemplo mais eloqüente destas abordagens culturalistas do fenômeno revolucionário pode ser observado na polêmica entre William Sewell Jr. e Theda Skocpol sobre o papel da ideologia na Revolução Francesa, apresentada a seguir.

#### 4.2. A "Nova História Cultural":

*William Sewell Jr.*

Este debate entre Skocpol e Sewell Jr. fornece uma visão sintética da oposição existente entre as vertentes "estruturalista" e "culturalista" da sociologia histórica norte-americana.

No artigo publicado no *Journal of Modern History*, em 1985, Sewell polemiza a partir de um ponto de vista influenciado pela antropologia cultural geertziana e pelas premissas filosóficas pós-estruturalistas. Embora inicie seu artigo destacando o quanto Skocpol avança em relação a certos marxismos voluntaristas, que derivam inevitavelmente a revolução da luta de classes, Sewell critica-a por não reconhecer um papel mais autônomo e constitutivo para a ideologia na rede de causalidades mútuas que condicionam o processo revolucionário. Para Sewell, este é o fator básico que explica as diferenças entre os casos russo e francês, por exemplo, pois a ideologia operária como um substrato do que Skocpol chama de diferentes *world-historical contexts*; ainda que ela não o admita, em função do conceito político de ideologia que é utilizado em *States and Social Revolutions*.

Contra esta abordagem considerada restritiva, o autor em questão reivindica uma análise (con)textual, coletiva e anônima do fenômeno ideológico, baseada nas teorias de Althusser, Foucault, Geertz e Raymond Williams (*sic*). As ideologias, tomadas como formas discursivas, emocionais e/ou cognitivas, impessoais, seriam capazes de produzir mudanças como outros produtos humanos coletivos, tais como Estados, classes e sistemas internacionais. Estas estruturas, uma vez existindo efetivamente, tanto podem constrianger como possibilitar a ação coletiva transformadora.

No artigo de 1985, Sewell aplica estas reflexões ao estudo do caso francês, discutindo a emergência de concepções contraditórias sobre monarquia e soberania ao longo do século XVIII. É certo que a crise de 1789 foi provocada pela bancarrota do Estado mas, segundo o autor, uma vez iniciada a crise, as contradições ideológicas agravaram-na até o ponto de revolução. O peso destas relações culturais se manifestou, tipicamente, na combinação entre guerra e ideologia, capaz de gerar o Terror e a competição ideológica baseada num estoque comum de conceitos. O curso do processo exigiu, ainda, a criação cultural de um conceito de revolução capaz de

abranger a mudança completa da vida social de uma população inteira.

Em outras palavras, o autor distingue uma dinâmica simbólica relativamente autônoma no processo sociopolítico da Revolução Francesa, que não tem necessidade de ser associada a grupos identificáveis para exercer sua influência decisiva sobre o curso da ação, gerando inclusive demandas de ampliação do estoque conceitual da sociedade, como é o caso do próprio conceito de “Revolução Social”, inventado para expressar o tipo de mudança violenta e total da fase do Terror.

A resposta de Skocpol assume a subestimação do papel da ideologia em *States and Social Revolutions*, conclusão à qual ela já havia chegado ao analisar o caso do Irã num artigo de 1982. A revolução iraniana de 1979 é, para Skocpol, um exemplo claro de revolução social deliberada e coerentemente realizada por forças sociais ideologicamente coesas. Esta constatação levou a autora a redefinir as revoluções sociais como “rapid, basic transformations of a country’s state and class structure, and of its dominant ideology” (Skocpol, 1982, p. 265).

Mas a autocrítica de Skocpol cessa neste ponto. Retomando com sutileza a distinção conceitual entre “visões de mundo”, que a autora chama de idiomas culturais, e “concepções gerais”, as ideologias políticas no sentido estrito do termo (vide nota 16), Skocpol sustenta, em sua resposta à Sewell, que este erra o alvo de suas críticas, que basearam-se numa compreensão equivocada do que ela entenderia por causalidade estrutural.

Skocpol admite a idéia de que os conflitos sociais são produzidos por sujeitos coletivos bem delimitados socialmente, com finalidades estratégicas orientadas por formas simbólicas historicamente dadas. Todavia, reafirma que a *resultante* destes conflitos é determinada fortemente por fatores estruturais comparáveis, especialmente configurações de força entre classes sociais antagônicas, formas estatais e posições internacionais, particularmente militares.

Resulta desta argumentação que Skoc-

pol, flexibilizando um pouco seu modelo histórico-estrutural ao assumir o papel ativo das ideologias políticas, critica Sewell pela diluição explicativa de seu conceito de ideologia, que tende a se identificar com a presença ubíqua da cultura na sociedade. Para ela, os atores coletivos se abastecem, nos idiomas culturais de suas sociedades, daqueles ingredientes necessários à formação de ideologias políticas mobilizadoras.

O que Skocpol não chega a fazer, embora julgue necessário (cf. Skocpol, 1985a, p. 94), é incorporar o trabalho simbólico e organizacional próprio desta operação às suas explicações sobre as causas, a dinâmica e as consequências das revoluções. Por isto, nem Sewell Jr. nem Skocpol respondem a duas questões cruciais: (a) qual a natureza destas idéias, crenças e desejos coletivos; (b) como operam as ideologias e como estas se conectam aos interesses e aos recursos de poder envolvidos nas revoluções.

#### 4.3. A Teoria da Escolha Racional: Taylor e Lichbach

Uma resposta para a questão da formação destas preferências e finalidades coletivas é oferecida pelos chamados marxistas analíticos, para quem as estruturas sociais explicam crenças e idéias, mas ações passadas também explicam estruturas sociais: “*Social changes are produced by actions; social changes require new actions. New actions require changed desires and/or beliefs*” (Taylor, 1989, p.121).

O ensaio de Taylor, *Rationality and Revolution*, de 1988, representa o principal esforço de aplicação da teoria da escolha racional ao tema da revolução, embora Barbara Salert (1976) tenha feito um balanço das potencialidades da teoria de Olson (1971) para a explicação da participação racional dos indivíduos nos movimentos revolucionários. Recentemente, em *What Makes Rational Peasants Revolutionary?*, de 1994, Mark Lichbach acrescentou uma competente discussão sobre a questão dos *selective incentives* nas rebeliões camponesas.

Nesta seção são apresentados alguns des-

tes argumentos e comentadas brevemente algumas de suas fragilidades explicativas mais evidentes.

Taylor aceita a tese de Skocpol sobre as peculiaridades estruturais das Revoluções Sociais, embora insista que uma explicação puramente estrutural das crises dos Antigos Regimes e das rebeliões camponesas que estão na gênese de uma situação revolucionária seria absolutamente insuficiente, pois compartilha da convicção dos demais sociólogos que trabalham sob o paradigma do individualismo metodológico, sobre a necessidade de se dotar de microfundamentos a explicação de macrofenômenos sociais.

Recusando uma abordagem psicológica a Davies ou Gurr, Taylor discute as bases racionais do engajamento dos camponeses em ações coletivas revolucionárias. Sustenta que, longe desta mobilização representar um paradoxo para a lógica da ação coletiva de Olson, ela é explicável suficientemente nos termos de uma teoria da “racionalidade restrita”.

Ou seja, dá-se por suposto que a conduta dos indivíduos é informada por crenças e preferências dadas, consistentes, desde as quais estes indivíduos se mobilizam instrumentalmente, procurando maximizar seus ganhos e minimizar as sanções sociais negativas decorrentes de suas escolhas. A cooperação é condicionada pela oferta de bens públicos, pelos recursos materiais e cognitivos que os indivíduos teriam que alocar na ação, bem como pelos incentivos seletivos, não só materiais (econômicos), mas também o conjunto de sanções e/ou recompensas sociais envolvidas nestas escolhas.

Para Taylor, é mais provável que a cooperação entre indivíduos egoístas e maximizadores tenha êxito sobre uma base social comunitária. Uma comunidade forte, além do compartilhamento de valores e fins entre os indivíduos, dispõe de legitimidade e recursos para impor sanções positivas e negativas aos seus membros. Quanto mais forte a comunidade camponesa, mais sólida a base social espontânea das mobilizações populares em geral, e das rebeliões e revoluções em particu-

lar. Quando a comunidade não é suficientemente coesa para garantir a cooperação condicional dos indivíduos-membros, a participação na ação coletiva é fomentada por “empresários políticos” que acentuam a ajuda mútua, reforçam a autoridade local alternativa e minam a dependência das comunidades em relação aos senhores rurais.

Esta associação, entre a efetividade da comunidade e a racionalidade instrumental da participação dos camponeses em ações coletivas revolucionárias foi testada por Taylor com base na evidência fornecida pela própria Skocpol acerca dos três casos positivos por ela estudados (França, Rússia e China),<sup>17</sup> além do Vietnã e das rebeliões européias modernas.

No caso do Vietnã, Taylor afirma que mesmo nas províncias do Norte (Tonkin) e do centro (Annam), onde as aldeias possuíam certo grau de autonomia, o alto grau de estratificação na propriedade da terra e nas configurações de *status* tornavam bastante débeis os laços de organização inter-aldeã e precárias as associações voluntárias dos camponeses. Ao que se sabe, no sul (Conchinchina) a economia de exportação do arroz, baseada em grandes fazendas, e a estrutura social mais aberta das aldeias, solapavam ainda mais as bases comunitárias da ação coletiva.

Esta situação fez com que os comunistas (operando como “empresários políticos”) tivessem que organizar o movimento revolucionário aldeia por aldeia, de modo similar à experiência chinesa e com uma ênfase na ação estratégica que o modelo estrutural de Skocpol seria incapaz de admitir. Disputando a influência sobre as comunidades camponesas com a igreja, o Hoa-Hoa, a Cao-Dai e outras organizações político-religiosas nativas, os comunistas, segundo Taylor, obtiveram um êxito cada vez maior na mobilização revolucionária porque somente eles organizaram efetivamente os camponeses para que estes obtivessem ganhos concretos a curto prazo:

“En todo esto, el papel empresarial de los cuadros comunistas fue crucial; desagregando el gran objetivo global de construir un movimiento revolucionario en muchos movimientos más pe-

queños, localizando el esfuerzo, facilitando la cooperación condicional, ensalzando el aprecio del campesino individual por la importancia de su contribución y su valoración del bien público, y mediante el uso de incentivos selectivos, los comunistas hicieron *racional* para el campesino participar” (Taylor, 1990, p. 91).

Um exemplo destes incentivos seletivos foi, segundo o autor, a ação do Viet Minh durante a escassez de alimentos em Tonkin, em 1943-44, no sentido de ajudar os camponeses a organizarem bandos para atacar os veículos japoneses que transportavam arroz. A redistribuição imediata do arroz apreendido seria um destes incentivos à participação (*idem*).

Este exemplo chama a atenção para o caráter problemático da análise de Taylor. É correto afirmar, como ele o faz, que as variáveis estruturais de Skocpol, como o Estado, necessitam ser consideradas também em termos de ações intencionais:

“Aunque no sean propuestos por nadie, estas estructuras y situaciones mismas son en una medida muy significativa productos de acciones intencionales. La comunidad campesina, el poder relativo de la clase alta agraria y en realidad toda la estructura de clase prerrevolucionaria, así como el retraso económico y militar del Estado en relación con sus competidores, y otras características de la situación internacional en la que se encuentra el Estado son *todo* ello, [...], *precipitados* de acciones intencionales pasadas” (*idem*, p. 113).

Todavía, a *solução* proposta pelos teóricos da *Rational Choice* parece inconsistente. As interações estratégicas entre sujeitos coletivos num processo revolucionário talvez não sejam assimiláveis a um superjogo do dilema do prisioneiro com  $n$  participantes, importando mais considerar as finalidades antagônicas expressas pelos sujeitos políticos e a *dinâmica do conflito*, que estabelece as condições suficientes para a adesão dos indivíduos opositivos aos projetos societários em disputa. De todo modo, para além das motivações dos atores haveria que se analisar as interações estratégicas e os recursos de poder mobiliza-

dos pelos adversários políticos, como forma de se obter um modelo intencional de explicação que não fosse estático, que conseguisse apanhar a dinâmica concreta das revoluções modernas.

Tampouco é aceitável analisar a ação revolucionária estritamente em termos de racionalidade restrita, ou seja, egoística e maximizadora,<sup>18</sup> quando os valores e fins motivadores desta ação explicitamente rompem com os interesses dominantes postulados como “racionais”. Finalmente, a hipótese sobre o modelo de mobilização racional dos camponeses a partir de sua base comunitária comum esbarra nas objeções teóricas já apontadas por Tilly (1990).

Discutindo os modelos que explicam a passagem da motivação individual à ação coletiva, este autor caracterizou este tipo de abordagem utilizada por Taylor como “constitutiva”, ou seja, ela suporia “la existencia previa de una estructura social que ya conecta a la mayoría de los individuos, y que cambia y se vuelve más elaborada como resultado de la comunicación repetida entre individuos” (*idem*, p.179).

Mesmo que “empresários políticos” atuassem no sentido de proporcionar os incentivos seletivos e as condições organizacionais adicionais necessárias à ação coletiva, os laços sociais preexistentes é que formariam a base principal da mobilização coletiva dos camponeses, tornando-a racional aos olhos dos indivíduos. Segundo Tilly, esta ativação de “redes sociais preexistentes” não explica, por si mesma, as conexões entre os grupos organizados que atuam e a população base dos quais estes são oriundos, o que repõem o problema em termos de interesses, finalidades e recursos de poder dos grupos organizados em conflito.

Problema similar apresenta o artigo de Lichbach, embora suas ênfases explicativas sejam um pouco diferentes das de Taylor. Dada a fragilidade do argumento deste último sobre o papel dos incentivos seletivos nas revoluções camponesas (vide acima passagem sobre o caso vietnamita), Lichbach de-

clarou-se agnóstico quanto à possibilidade de que estruturas sociais gerem reações violentas de base comunitária contra a expansão do mercado e do Estado, por exemplo. A busca de satisfação de interesses particulares de qualquer natureza, principalmente materiais, seria suficiente para explicar o engajamento ou não dos indivíduos camponeses em rebeliões e revoluções. Tudo dependeria das relações de oferta e procura de incentivos seletivos em situações mais ou menos formais de mercado.

Este, aliás, é transformado em verdadeiro substrato ontológico das relações sociais, na medida que pode ser formalmente organizado, tanto quanto existir virtualmente, como uma forma atemporal de conduta de indivíduos maximizadores de ganhos e minimizadores de custos. A combinação específica de *selfishness* e *public goods appeals*, para Lichbach, também dependeria das condições concretas de oferta e procura nos “mercados políticos”. A introdução da variável ideológica, secundária para Taylor, resulta da convicção do autor de que, como em qualquer *social-choice problem*, estas ofertas/procuras de incentivos seletivos precisam ser traduzidas em estratégias para produzirem conseqüências, o que exige indivíduos conscientes e organizados.

Também neste caso o modelo de mobilização poderia ser criticado nos termos de Tilly. A explicação de Lichbach, prescindindo da base comunitária requerida por Taylor, seria “cumulativa”,

“debido a su concepción inicial de un conjunto de individuos, con sus intereses, que deciden más o menos conscientemente, uno por uno, unirse a otros con los que comparten intereses, un proceso que promueve el desarrollo de una conciencia común y por último la acción concertada” (Tilly, 1990, p. 178).

Ora, as passagens de uma etapa para outra não são explicadas pelo modelo da procura racional de incentivos coletivos, bem como a ideologia somente é agregada ao modelo, sem que Lichbach explicita se a ela estão

associadas formas de criatividade social capazes de engendrar laços e ações sociais.

O modelo é tautológico, embora centralizado na razão individual e não nos efeitos psicológicos difusos de estruturas cambiantes. Trata-se, todavia, da melhor abordagem sobre as rebeliões e revoluções camponesas disponível nos marcos da Teoria da Escolha Racional.

O desafio de unificar teoricamente as variáveis estruturais e estratégicas para uma explicação válida do fenômeno revolucionário ficou mais próximo de ser resolvido após o trabalho de Taylor, Przeworski e outros individualistas metodológicos, pois estes introduziram de modo sistemático o tema dos microfundamentos das ações coletivas que conformam os macrofenômenos sociais, incluindo-se aí tanto o problema das identidades culturais quanto a questão das conexões instrumentais do agir coletivo.

#### 4.4. A “Nova Sociologia do Desenvolvimento”: Walton e Foran

Um terceiro tipo de formulação alternativa às teorias de terceira geração é encontrado nos trabalhos de John Walton, *Reluctant Rebels*, de 1984 e John Foran, *A Theory of Third World Social Revolutions*, de 1990, que analisam as revoluções terceiro-mundistas do século XX e suas implicações para uma teoria das revoluções modernas.

##### 4.4.1. As Revoltas Nacionais de Walton

Numa ruptura explícita com a tese de Skocpol sobre a especificidade das causas das rebeliões diante daquelas das revoluções sociais,<sup>19</sup> Walton considera as duas formas de conflito assimiláveis em um fenômeno único, que ele chama de *national revolts*, abarcando o “entire field of insurrectionary processes that lie beyond the (inevitably qualitative) bounds of routine politics” (Walton, 1984, p. 13).

Os casos considerados pelo autor foram, basicamente, a fracassada rebelião Huk nas Filipinas, a guerra civil, conhecida como La

Violência, na Colômbia e o movimento anticolonialista Mau-Mau, contra os ingleses no Quênia, entre fins da década de quarenta e fins da década de cinquenta. Segundo Foran, a construção teórica de Walton é tributária de outras teorizações compatíveis, desde as teses sobre a revolta camponesa (Scott, Moore Jr., Wolf), a teoria do sistema-mundo (Wallerstein) e a teoria sobre o conflito político (Tilly), até as abordagens neoinstitucionalistas, ou também chamadas de *state-centered* (Evans, Rueschmayer).

Ao lidar diretamente com a sociologia do desenvolvimento, o modelo de Walton tem de vincular as crises específicas da modernização nos países periféricos com as condições da mobilização nas chamadas revoluções populares. No entanto, seria incorreto afirmar que se trata de um modelo explicativo economicista:

“Economic grievances cannot be separated from the cultural forms in which they are expressed. Economic grievances were necessary conditions, but their mobilizing potential was only realized in the sufficient condition of political organization rooted in cultural traditions” (*idem*, pp. 29-30).

Ao contrário, uma espécie de *cultural nationalism* teria sido o fator-chave nestas rebeliões de alcance nacional, num modelo que o associa também à deterioração econômica absoluta e ao “esmagamento” político de movimentos populares que já haviam obtido vitórias por vias legais.

Em relação ao tema das coalizões (vide seção 4.1), Walton incorpora a hipótese de Wolf sobre o papel revolucionário do campesinato médio, acompanhando Hobsbawm na busca de uma espécie de equivalente urbano daquele grupo social (artesãos, líderes operários, pequenos-burgueses, funcionários públicos etc.).

A análise dos casos, baseada no modelo mencionado, sugere que os fatores causais das revoltas nacionais produziram consequências diferentes em cada um deles. A rebelião não foi extensa nas Filipinas, durante o período Huk (1946-1954); na Colômbia houve uma situação revolucionária em algumas regiões, mas sem uma redundância das ações em âm-

bito nacional (1948-1953); no Quênia, a rebelião Mau-Mau obtém grande projeção e alcança resultados concretos (1952-1959), na direção da independência. Estas consequências distintas materializam-se, para Walton, em uma tipologia dos Estados após as rebeliões: neocolonial nas Filipinas, pós-colonial no Quênia, dependente e associado na Colômbia.

Mantidas constantes as variáveis causais nos três casos, as diferenças finais devem ser explicadas ou pela dinâmica das interações estratégicas entre os sujeitos relevantes em cada caso, ou por variáveis estruturais intervenientes, semelhantes às utilizadas nas teorias de terceira geração. Walton não esclarece esta questão e isto fragiliza sua tentativa de associar os fenômenos das rebeliões e das revoluções sob o rótulo comum de revoltas nacionais.

Por outro lado, mesmo os críticos de *Reluctant Rebels* a consideram uma obra de síntese teórica e uma tentativa pioneira de vincular as revoltas nacionais do Terceiro Mundo às suas condições de desenvolvimento. Walton procurou fazer isto a partir da crítica dos conceitos de subdesenvolvimento e de desenvolvimento desigual.

Para ele, estes conceitos captam as consequências negativas da expansão capitalista no Terceiro Mundo (inflação, endividamento externo, preservação do latifúndio, superexploração do trabalho, “inchamento” das cidades etc.), mas não os ganhos nacionais (crescimento do PNB, industrialização, aumento do comércio interno e externo, melhorias na renda *per capita* etc.) que aproximam as condições destes países às crises sistêmicas que geraram as revoluções clássicas nas primeiras etapas da modernidade. Walton apóia-se na noção de desenvolvimento dependente, utilizada por Cardoso e Faletto nos anos setenta, para analisar este fenômeno de dupla face.

#### 4.4.2. Foran e as Revoluções Sociais no Terceiro Mundo

A formulação de Foran (1990) considerou as revoluções sociais do Terceiro Mundo,

num sentido mais estrito, comparando os casos bem-sucedidos do Irã e da Nicarágua com a guerra civil em El Salvador. Tal como Walton, este autor considera o desenvolvimento dependente das estruturas sociais do Terceiro Mundo como um ponto de partida analítico. Nota ainda, como Dix, que a reprodução de um sistema social de crescimento limitado (em que a maioria da população é excluída dos ganhos nacionais) necessita de um Estado repressivo para manter a ordem. São estes regimes ditatoriais de base estreita os mais vulneráveis à ação revolucionária popular.

Dadas estas precondições estruturais, Foran incorpora três variáveis causais adicionais:

(a) *Emergência de "culturas políticas"*<sup>20</sup> de oposição: mudanças socioeconômicas de longo alcance são vividas por grandes parcelas da população como uma deterioração de seu cotidiano, que é desorganizado. Tais mudanças são interpretadas com base nos valores e nas orientações culturais que se encontram mais próximas e à disposição dos grupos sociais atingidos, incluindo-se aí as ideologias políticas (nacionalismo, socialismo etc.), as religiões e outras formações culturais presentes nas sociedades. Destas interpretações surgem as culturas de oposição e resistência aos grupos dominantes e seus sustentáculos externos.

(b) *Crise econômica interna*: a emergência de movimentos sociais ideologicamente coesos só adquire extensão e poder de persuasão quando a deterioração econômica atinge níveis mais graves do que o considerado "normal" no Terceiro Mundo.

(c) *Abertura mundial sistêmica*: finalmente, a diminuição dos controles externos por parte das potências centrais cria uma situação favorável à insurreição. Há alguma semelhança com aquilo que Goldfrank chamou de *permissive world context*, embora esta última imagem seja mais abrangente (vide seção 3.3).

A ocorrência simultânea destas situações tornaria provável o sucesso de um movimento revolucionário, influenciando também o *timing* da mudança social. Para Foran, os processos estruturais de desenvolvimento dos

anos sessenta e setenta no Terceiro Mundo, bem como a conjuntura internacional vigente à época da ofensiva revolucionária, explicam algumas das diferenças entre os casos do Irã e da Nicarágua, por um lado, e de El Salvador por outro.

O crescimento econômico fez com que o Xá Reza Pahlevi e também Somoza tentassem controlar as elites modernizantes de seus países, enfraquecendo-as no caso do Irã e afastando-as do poder no caso da Nicarágua. Nos dois casos várias culturas de oposição surgiram. Várias correntes islâmicas, bem como nacionalismo secular e movimentos comunistas no Irã. Na Nicarágua o movimento sandinista tornou-se uma síntese de teologia da libertação, nacionalismo revolucionário e diversas tendências marxistas. A conjuntura econômica em 1977-79 nos dois países era extremamente crítica. Por fim, a política externa de respeito aos direitos humanos do governo Carter nos EUA, e a ofensiva diplomática e de apoio logístico da URSS aos movimentos revolucionários no Terceiro Mundo, estimulavam a oposição aberta nos países com regimes ditatoriais, com os EUA abstando-se da intervenção militar para defender seus ex-aliados ameaçados por insurreições populares e/ou sem condições conjunturais de fazê-lo.

Foran destaca, ponto a ponto, o contraste com El Salvador, onde a elite dos cafeicultores era relativamente mais poderosa e o regime era uma ditadura militar não personalista (cf. com a tipologia de Mildlarsky e Roberts, vista na seção 3.3), mais estável. A cultura de oposição era menos heterogênea, com forte ênfase marxista e classista. Ou seja, o antiimperialismo da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) era potencialmente mais radical do que o dos sandinistas, embora tendesse a agregar menos consenso nacional em torno de si. A crise econômica, embora grave, podia ser considerada estável ao longo dos anos setenta e começo dos oitenta. E a conjuntura internacional, por outro lado, também era favorável ao regime ditatorial. No plano externo a FMLN enfrentou uma maciça sustentação diplomática e militar nor-

te-americana ao regime, ampliada durante a nova Guerra Fria promovida pelo governo Reagan. O resultado não foi uma revolução social bem-sucedida, e sim uma prolongada guerra civil que terminou “empatada”, numa paz negociada em 1991 (Ata de New York) e 1992 (Acordo de Chapultepec).

A associação entre desenvolvimento dependente e revolução no Terceiro Mundo é um exercício teórico instigante, embora padeça da mesma dificuldade metodológica que a associação entre modernização e revolução nos casos chamados clássicos; qual seja, a de não ser uma associação direta e unívoca. Afinal, o modelo não oferece uma explicação para os casos de países do terceiro mundo com forte industrialização e que fizeram a transição para a modernidade capitalista sem revoluções, como Brasil, Coréia do Sul, África do Sul, Argentina etc. Além da especificação sobre quais seriam estas variáveis intervenientes, esta abordagem explora pouco o tema dos conflitos estratégicos entre sujeitos coletivos, tal como propuseram Tilly e Przeworski, bem como a questão dos objetivos dos revolucionários, que fica um tanto subsumida na ambígua noção de “cultura política”.

De qualquer modo, a validação deste modelo dependeria, ao menos em parte, da possibilidade de contrastá-lo com outros casos históricos positivos (Cuba, Angola, Moçambique, Zimbabwe etc.) e negativos (Chile, Granada etc.), aplicando-se o método histórico-comparativo nos termos já realizados por Skocpol e Eisenstadt.

### Considerações Finais

Os autores mencionados nesta última seção são representativos das tendências con-

temporâneas da Sociologia das Revoluções nos EUA. Não creio que se possa falar em teorias de quarta geração.

Afinal, os trabalhos mais recentes se propuseram a completar, testar ou reproblematicar as teorias de terceira geração, mais do que fundamentar uma nova teoria da revolução.<sup>21</sup> Por outro lado, em sua variedade de temas e orientações teóricas, estes trabalhos consolidam dois avanços indiscutíveis para as pesquisas dos anos noventa. Os modelos e teorias da revolução incorporaram, ainda que de forma pouco sistematizada, as inter-relações entre cultura e ideologia, entre estruturas e ações coletivas, entre situação nacional e contexto internacional, entre sujeitos políticos antagonísticos e aliados etc. Parece certo que o movimento teórico e empírico na sociologia acadêmica norte-americana das revoluções vai na direção de uma integração destas duas ênfases analíticas.

Além de mais dinâmicas, as teorias da revolução tendem a se tornar mais sofisticadas conceitualmente e melhor sustentadas empiricamente, através de exercícios comparativos mais amplos, visando-se obter uma explicação adequada das causas da dinâmica e das conseqüências da mudança social revolucionária no mundo moderno.

Por outro lado, consideradas isoladamente, tanto as ênfases na interação estratégica quanto as análises estruturais propostas pelos autores dos anos oitenta e noventa parecem ficar aquém dos modelos propostos por Tilly e Skocpol para explicar as revoluções modernas.

(Recebido para publicação  
em março de 1996)

### Notas

1. Ao lado do destaque dado ao papel modernizador do Estado Absolutista, a hipótese sobre as “expectativas crescentes” constitui um dos grandes legados de Tocqueville para a Sociologia das Revoluções. Ver, especialmente, Richter (1967) e Furet (1989).
2. Os ensaios mais importantes estão reunidos em Feierabend *et alii* (1972). Ver, especialmente, os artigos de Davies (1972); Feierabend e Feierabend (1972); Gurr (1972b); Eckstein (1972); Feierabend e Nesvod (1972); e, novamente, Gurr (1972a).

3. Além dos textos reunidos em Feierabend *et alii* (1972), ver Gurr (1973; 1970).
4. O modelo de Johnson, brevemente descrito nesta seção, foi retirado de *Revolution and Social System*, de 1964. Segundo Cohan (1981, pp. 105-127) e Salert (1976, pp. 50-74), na obra de 1966 este modelo foi ampliado, mas não alterado em seus fundamentos. Para uma visão mais detalhada sobre o estrutural-funcionalismo na Sociologia da Revolução, ver os capítulos destes dois autores. A versão mais complexa (1966) do modelo está reproduzida no texto.
5. Ver, sobre a evolução das relações de Tilly com a Teoria da Modernização e as variações em seus modelos explicativos da revolução, Hunt (1984), Skocpol (1985) e Tilly (1973).
6. Vou citar, também aqui, apenas alguns dos trabalhos mais importantes. Cito o trabalho de John Dunn, professor britânico como A. S. Cohan mas, na medida do possível, tentei me fixar na produção norte-americana. O caso de Hannah Arendt também é bastante específico; embora *On Revolution* seja construído através do contraste entre as revoluções americana e francesa, trata-se muito mais de um livro de Filosofia Política do que de Sociologia Histórica comparativa. Mesmo assim, resolvi mencioná-la entre os autores “pioneiros” por sua enorme e difusa influência: Polanyi (1980 [1944]); Wolf (1984 [1969]); Moore (1983 [1967]); Arendt (1990 [1963]); Bendix (1964); Eisenstadt (1966, 1979 [1978]); Dunn (1972, 1993 [1979]); e Wallerstein (1974).
7. Ver Zagoria (1976), artigo publicado em um número especial da revista *Comparative Politics* com abordagens interdisciplinares sobre o tema.
8. Ver também Russell (1974) e Skocpol (1988).
9. Cito apenas os trabalhos mais importantes; uma lista mais completa está em Foran (1993b). O livro de Eisenstadt (1978) não foi incluído apenas por coincidência temporal (o que valeria também para Tilly), mas pelo fato de sua obra sobre revolução se mover em um nível macrossociológico e histórico-comparativo mais próximo das teorias da terceira geração do que do estrutural-funcionalismo.
10. Ver Foran (1993) e Di Tella (1990). Para um comentário favorável, comparando Moore Jr. e Skocpol, ver Dunn (1985, pp. 68-86).
11. Ver referências em Dix (1983), onde o autor procura complementar a tipologia de Huntington, inserindo os casos mais recentes (até 1979) de revoluções no Terceiro Mundo.
12. Ver, por exemplo, o debate entre Sewell Jr. e Skocpol sobre o papel da ideologia na Revolução Francesa, para uma compreensão das oposições entre estrutura e sujeito, instituição e cultura, no interior da própria macrossociologia histórica (Sewell Jr., 1985; Skocpol, 1985). Ver também o recente artigo de Eisenstadt (1992), no qual o autor procura integrar a abordagem histórico-estrutural com uma visão mais ampla acerca do papel das contingências e da ação humanas. Vale conferir também, neste mesmo número da *ISSJ*, o artigo de Tilly (1992).
13. Além dos artigos de Sewell Jr. (1985) e Skocpol (1985), ver também Hunt (1984) e Sewell Jr. (1980).
14. Utilizei uma tradução espanhola de Taylor (1989).
15. Cf. Foran (1993a, p. 8), para trabalhos sobre a Nicarágua, Cuba, França, Iêmen do Sul, Irã e China.
16. A diferença entre a utilização do conceito de ideologia pela Sociologia Política e pela Sociologia do Conhecimento é a base da distinção feita por Sartori, entre as ideologias como “concepções gerais da política” e como “visões de mundo socialmente dadas”. Em

tese, tal como na prática social, os dois fenômenos interpenetram-se: “As ideologias enquanto visões de mundo, por difusas que sejam, podem naturalmente tornar-se ingredientes ou instrumentos de ideologias políticas de cunho estratégico e orientadas para a ação, assim como, simetricamente, os *issues* ou temas cognitiva e instrumentalmente articulados destas últimas podem vir substituir visões de mundo dadas no condicionamento da identidade pessoal e política” (Reis, 1988, p. 33). Ver ainda, Sartori (1970).

17. Cf. Taylor (1990, pp. 77-85). Nas seções posteriores, Taylor busca mais evidências históricas nas Rebeliões Modernas e maior consistência conceitual descartando a necessidade de se introduzirem outras motivações (altruístas, expressivas, identitárias etc.) para a explicação sobre a racionalidade da ação revolucionária dos camponeses. Cf. também sua análise sobre o “medo de rejeição social” dos membros da comunidade como uma sanção poderosa que reforça a cooperação condicional entre indivíduos (*idem*, pp. 95-6).
18. “[...] la conducta de la gente se puede explicar en gran medida en términos de dos intereses dominantes: la ganancia económica y la aceptación social” (Harsanyi *apud* Taylor, 1990, p. 74).
19. Walton não apenas argumenta que as causas das rebeliões e das “Grandes Revoluções” são similares, como relativiza a radicalidade das mudanças tipicamente associadas à idéia de uma revolução social. Ora, neste ponto Skocpol é bastante explícita, afirmando que “a transformação sociopolítica efetiva — mudança real do Estado e das estruturas de classe — faça parte do que especificamente é denominado revolução social [...]” (Skocpol, 1979, p. 17). Este é um pressuposto antagônico ao de Walton, embora mal-aplicado ao caso de Tilly, no contexto original da formulação da autora. Ver *idem*, nota 6.
20. Esta expressão de Foran retoma uma antiga noção da Ciência Política de corte funcionalista. Ao utilizá-la, ele procura captar a dupla dimensão (da cultura e da ideologia) do papel das idéias nos processos revolucionários. A ambigüidade do conceito já foi mencionada acima, no debate entre Skocpol e Sewell Jr. Ver Kennedy (1989), Hunt (1984), Sewell Jr. (1980) e nota 16.
21. A proposição de uma nova “nova sociologia das revoluções”, feita por Jeff Goodwin em recente simpósio norte-americano, foi criticada por diversos autores como James Rule, Rod Aya, Timothy Wickham-Crowley, Farideh Farhi, Tim McDaniel e Charles Tilly. Cf. artigos publicados na *Theory and Society*, vol. 23, n.º 6, dezembro de 1994, pp. 731-803.

#### Bibliografia

- Amman, P.  
1962 “Revolution: A Definition”. *Political Science Quarterly*, vol. 77.
- Arendt, H.  
1990 *Da Revolução* (2.ª ed.). São Paulo, Ática/Brasília, UnB.
- Arjomand, S. A.  
1988 *The Turban for the Crown: The Islamic Revolution in Iran*. Nova York, Oxford University Press.
- Bendix, R.  
1964 *Nation-Building and Citizenship*. Nova York, Wiley.
- Black, C. E. e Thornton, T. P.  
1968 *Estratégias de la Violencia Política*. Buenos Aires, Troquel.
- Brinton, C.  
1958 *The Anatomy of Revolution*. Nova York, Vintage Books.

- Calhoun, C. J.  
 1983 "The Radicalism of Tradition: Community Strength or Venerable Disguise and Borrowed Language?". *American Journal of Sociology*, vol. 88 n.º 5, pp. 886-914.  
 1988 "The Radicalism of Tradition and the Question of Class Struggle", in M. Taylor (ed.), *Rationality and Revolution*. Cambridge, UK, Cambridge University Press, pp. 129-75.
- Chorley, K.  
 1973 *Armies and the Art of Revolution*. Boston, Beacon Press.
- Cohan, A. S.  
 1981 *As Teorias da Revolução*. Brasília, Ed. da UnB.
- Davidheiser, E. B.  
 1992 "Strong States, Weak States: The Role of the State in Revolution". *Comparative Politics*, julho, pp. 463-75.
- Davies, J.  
 1972 "Toward a Theory of Revolution", in I. K. Feierabend, R. Feierabend e T. Gurr (eds.), *Anger, Violence, and Politics*. Englewood Cliffs (NJ), Prentice Hall.
- De Fronzo, J.  
 1991 *Revolution and Revolutionary Movements*. Boulder, Westview Press.
- Desan, S.  
 1992 "Massas, Comunidade e Ritual na Obra de E.P. Thompson e Natalie Davis", in L. Hunt (org.), *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, pp. 63-96.
- Di Tella, T.  
 1990 "Violence and Revolution", in *Latin American Politics: A Theoretical Framework*. Texas, University of Texas Press.
- Dix, R. H.  
 1983 "The Varieties of Revolution". *Comparative Politics*, abril, pp. 281-95.  
 1984 "Why Revolutions Succeed and Fail". *Polity*, vol. 16 n.º 3, pp. 423-46.
- Dunn, J.  
 1972 *Modern Revolutions*. Cambridge, Cambridge University Press.  
 1985 "Understanding Revolutions", in *Rethinking Modern Political Theory*. Cambridge (Mass.), Cambridge University Press.  
 1993 "Revolution?", in *Western Political Theory in the Face of the Future*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 82-120.
- Eckstein, H.  
 1972 "On the Etiology of Internal Wars", in I. K. Feierabend, R. Feierabend e T. Gurr (eds.), *Anger, Violence, and Politics*. Englewood Cliffs (NJ), Prentice Hall.
- Edwards, L. P.  
 1970 *The Natural History of Revolution*. Chicago, University of Chicago Press.
- Eisenstadt, S.N.  
 1966 *Modernization: Protest and Change*. Englewood Cliffs, (NJ), Prentice Hall.  
 1978 *Revolution and the Transformation of Societies*. Nova York, Free Press.  
 1979 *Revolução e a Transformação das Sociedades*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.  
 1992 "Frameworks of Great Revolutions: Culture, Social Structure, History and Human Agency". *International Social Science Journal*, n.º 133, agosto, pp. 385-401.

- Ellwood, C. A.  
 1905 "A Psychological Theory of Revolutions". *American Journal of Sociology*, vol. XI, julho, pp. 49-59.
- Fahri, F.  
 1988 "State Disintegration and Urban-Based Revolutionary Crises: A Comparative Analysis of Iran and Nicaragua". *Comparative Political Studies*, vol. 21, n.º 2, pp. 231-56.
- Feierabend, I. K. e Feierabend, R.  
 1972 "Systematic Conditions of Political Agression: An Application of Frustration Agression Theory", in I. K. Feierabend, R. Fierabend e T. Gurr (eds.), *Anger, Violence, and Politics*. Englewood Cliffs (NJ), Prentice Hall.
- Feierabend, I. K.; Feierabend, R.; Gurr, T. (eds.).  
 1972 *Anger, Violence, and Politics*. Englewood Cliffs (NJ), Prentice Hall.
- Feierabend, I. K.; Fierabend, R.; Nesvold, B.  
 1972 "Social Change and Political Violence: Cross National Patterns", in I.K. Feierabend, R. Fierabend e T. Gurr (eds.), *Anger, Violence, and Politics*. Englewood Cliffs — N.J., Prentice Hall.
- Foran, J.  
 1990 A Theory of Third World Social Revolutions: Iran, Nicaragua and El Salvador Compared. Trabalho apresentado no Encontro Anual da International Sociological Association, em Madrid.
- 1993a *Fragile Resistance: Social Transformation in Iran from 1500 to Revolution*. Boulder, Westview Press.
- 1993b "Theories of Revolution Revisited: Toward a Fourth Generation". *Sociological Theory*, vol. 11, n.º 1, pp. 1-20.
- Forment, C.  
 1990 The Formation of Political Society in Spanish America: The Mexican Case (1700-1830). Tese de Doutorado, Department of Sociology, Harvard University.
- Friedrich, C. J. (ed.)  
 1967 *Revolution*. Nova York, Atherton Press.
- Furet, F.  
 1989 *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Goldfrank, W. L.  
 1979 "Theories of Revolution and Revolution without Theory: The Case of Mexico". *Theory and Society*, vol. 7, n.º 1, pp. 135-65.
- Goldstone, J.  
 1980 "Theories of Revolution: Third Generation". *World Politics*, vol. 32, n.º 3, pp. 425-53.
- 1982 "The Comparative and Historical Study of Revolutions". *Annual Review of Sociology*, n.º 8, pp. 187-207.
- 1984 "Reinterpreting the French Revolution: A Discussion of François Furet". *Theory and Society*, vol. 13, pp. 697-713.
- 1986 "Revolutions and Superpowers", in J. R. Adelman (ed.). *Superpowers and Revolution*. Nova York, Praeger, 1986, pp. 38-48.

- 1987 "States and Revolutions: A Review". *States and Social Structures Newsletter*, n.º 5, pp. 4-8.
- 1991 *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*. Berkeley, University of California Press.
- Goodwin, J.
- 1987 "Revolutionary Movements". *Central America: A Comparative Analysis*. Working Paper, Harvard University, Department of Sociology, Center for Research on Politics and Social Organization.
- Goodwin, J. e Skocpol, T.
- 1989 "Explaining Revolutions in the Contemporary Third World". *Politics and Society*, vol. 17, n.º 4, pp. 489-509.
- Gould, M.
- 1987 *Revolution in the Development of Capitalism: The Coming of the English Revolution*. Berkeley, University of California Press.
- Gugler, J.
- 1988 "The Urban Character of Contemporary Revolutions", in J. Gugler (ed.). *The Urbanization of the Third World*. Oxford, Oxford University Press.
- Gurr, T.
- 1970 *Why Men Rebel*. Princeton, Princeton University Press.
- 1972a "A Causal Model of Civil Strife: A Comparative Analysis Using New Indices", in I. K. Feierabend, R. Feierabend e T. Gurr (eds.), *Anger, Violence, and Politics*. Englewood Cliffs (N.J), Prentice Hall.
- 1972b "Psychological Factors in Civil Violence", in I. K. Feierabend, R. Feierabend e T. Gurr (eds.), *Anger, Violence and Politics*. Englewood Cliffs (NJ), Prentice Hall.
- 1973 "The Revolution-Social Change Nexus". *Comparative Politics*, vol. 5, n.º 3, abril, pp. 359-92.
- Hagopian, Mark
- 1974 *The Phenomenon of Revolution*. Nova York, Dodd, Mead.
- Harsanyi, J.
- 1969 "Rational Choice Models of Behavior versus Functionalist and Conformist Theories". *World Politics*, n.º 22, pp. 513-38.
- Hart, M.
- 1971 *The Dynamics of Revolution*. Estocolmo, Rotobekman.
- Hunt, L.
- 1984 *Politics, Culture and Class in the French Revolution*. Berkeley, University of California Press.
- 1984 "Charles Tilly's Colective Action", in T. Skocpol (org.), *Vision and Method in Historical Sociology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Huntington, S. P.
- 1975 *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro, Forense/São Paulo, USP.
- Jessop, B.
- 1972 *Social Order, Reform and Revolution*. Nova York, MacMillan.

- Johnson, C.  
 1964 *Revolution and Social System*. Stanford, Hoover Institution Studies, n.º 3.  
 1966 *Revolutionary Change*. Boston, Little Brown.
- Hennedy, P.  
 1989 *Ascensão e Queda das Grandes Potências* (2.ª ed.). Rio de Janeiro, Campus.
- Kimmel, M. S.  
 1990 *Revolution: A Social Interpretation*. Filadélfia, Temple University Press.
- Le Bon, G.  
 1913 *The Psychology of Revolution*. Nova York, Ernest Bennl.
- Lichbach, M. I.  
 1994 "What Makes Rational Peasants Revolutionary?". *World Politics*, vol. 46, n.º 3, abril, pp. 383-418.
- Midlarsky, M. e Roberts, K.  
 1985 "Class, State, and Revolution in Central America". *Journal of Conflict Resolution*, vol. 29, n.º 2, pp. 163-93.
- Migdal, J.  
 1974 *Peasants, Politics, and Revolution: Pressures Toward Political and Social Change in the Third World*. Princeton, Princeton University Press.
- Moghadam, V. M.  
 1989 "Populist Revolution and the Islamic State in Iran", in T. Boswell (ed.). *Revolution in the World System*. Greenwich, CT, Greenwood, pp. 147-163.  
 1990 Revolution En-gendered: Notes on 'The Woman Question' in Revolutions. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Internacional Sociological Association, Madrid.
- Moore Jr., B.  
 1983 *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. São Paulo, Martins Fontes.
- Oberschall, A.  
 1973 *Social Conflict and Social Movements*. Englewood Cliffs (NJ), Prentice Hall.
- Olson Jr., M.  
 1971 *The Logic of Collective Action*. Nova York, Schocken Books.
- Overholt, W. H.  
 1972 "Revolution", in *The Sociology of Political Organization*. Croton-on-Hudson (NY), Hudson Institute.
- Paige, J. M.  
 1975 *Agrarian Revolution*. Nova York, Free Press.
- Petee, G. S.  
 1938 *The Process of Revolution*. Nova York, Harper and Brothers.
- Polanyi, K.  
 1980 *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus.
- Popkin, S.  
 1979 *The Rational Peasant: The Political Economy of Rural Society in Vietnam*. Berkeley, University of California Press.

- Popkin, S.  
1988 "Political Entrepreneurs and Peasant Movements in Vietnam", in M. Taylor (ed.), *Rationality and Revolution*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Przeworski, A.  
1989 *Capitalismo e Social Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Razi, G. H.  
1987 "The Nexus of Legitimacy and Performance: The Lessons of the Iranian Revolution". *Comparative Politics*, julho, pp. 453-69.
- Reis, F. W.  
1988 "Identidade, Política e a Teoria da Escolha Racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 3, n.º 6, fevereiro, pp. 26-38.
- Richter, M.  
1967 "Tocqueville's Contributions to the Theory of Revolution", in C. Friedrich (ed.). *Revolution*. Nova York, Atherton Press.
- Roxborough, I.  
1989a "Theories of Revolution: The Evidence from Latin America". *London School of Economics Quarterly*, vol. 3, n.º 2, pp. 99-121.  
1989b Exogenous Factors in the Genesis of Revolutions in Latin America. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Latin America Studies Association, Miami.
- Russel, D. E. H.  
1974 *Rebellion, Revolution and Armed Force*. Nova York, Academic Press.
- Salert, B.  
1976 *Revolutions and Revolutionaries: Four Theories*. Nova York, Elsevier.
- Sartori, G.  
1970 "Typology of Party Systems: Proposals for Improvements", in S. Rokkan e E. Allardt (eds.). *Mass Politics: Studies in Political Sociology*. Nova York, Free Press.
- Schurman, F.  
1969 "On Revolutionary Conflict". *Journal of International Affairs*, vol. 23, n.º 1.
- Scott, J.  
1990 *Dominations and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven, Yale University Press.  
1976 *The Moral Economy of the Peasant*. New Haven, Yale University Press.
- Sewell Jr., W.H.  
1980 *Work and Revolution in France: The Language of Labor from the Old Regime to 1848*. Cambridge, Cambridge University Press.  
1985 "Ideologies and Social Revolutions: Reflections on the French Case". *Journal of Modern History*, vol. 57, n.º 1, pp. 57-85.
- Skocpol, T.  
1982 "Rentier state and Shi'a Islam in the Iranian Revolution". *Theory and Society*, vol. 11, n.º 2, pp. 265-84.  
1985a *States and Social Revolution*. Cambridge, (UK), Cambridge University Press.

- 1985 "Cultural Idioms and Political Ideologies in the Revolutionary Reconstructions of State Power: A Rejoinder to Sewell". *Journal of Modern History*, vol. 57, n.º 1, pp. 86-96.
- 1988 "Social Revolutions and Mass Military Mobilization". *World Politics*, vol. XL, n.º 2, janeiro, pp. 147-68.
- Smelser, N.  
1963 *Theory of Collective Behavior*. Nova York, Free Press.
- Sorokin, P.  
1925 *The Sociology of Revolution*. Filadélfia, Lippincott.
- Stinchcombe, A. L.  
1965 "Stratification Among Organizations and the Sociology of Revolution", in: J. G. March (org.), *Handbook of Organizations*. Chicago, Rand MacNally, pp. 169-80.
- Taylor, M.  
1988 "Rationality and Revolutionary Collective Action", in M. Taylor, (ed.). *Rationality and Revolution*. Cambridge, UK, Cambridge University Press.  
1989 "Structure, Culture and Action in the Explanation of Social Change". *Politics and Society*, vol. 17, n.º 2, pp. 115-62.  
1990 "Racionalidad y Acción Colectiva Revolucionaria". *Zona Abierta*, n.º 54-55, pp. 69-113.
- Theory and Society*  
1994 Vol. 23, n.º 6, dezembro, pp. 731-803.
- Tilly, C.  
1973 "Does Modernization Breed Revolution?". *Comparative Politics*, vol. 5, n.º 3.  
1975 "Revolutions and Collective Violence", in N. Polsby e F. I. Greenstein (orgs.), *Handbook of Political Science*. Reading (Mass.). Addison-Wesley, vol. 3 pp. 483-556.  
1978 *From Mobilization to Revolution*. Reading (Mass.). Addison-Wesley.  
1990 "Modelos y Realidades de la Acción Colectiva Popular". *Zona Abierta*, n.º 54-55, pp. 157-65.
- Trimberger, E. K.  
(s/d) *Revolutions from Above*. New Brunswick, Transaction Books.
- Wacquant, L. J. D. e Calhoun, C. J.  
1991 "Interesse, Racionalidade e Cultura". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 15, fevereiro, pp. 76-100.
- Wallerstein, I.  
1974 *The Modern World-System*. Nova York, Academic Press.
- Walton, J.  
1984 *Reluctant Rebels: Comparative Studies of Revolution and Underdevelopment*. Nova York, Columbia University Press.
- Wickham-Crowley, T.  
1989 "Understanding Failed Revolution in El Salvador: A Comparative Analysis of Regime Types and Social Structures". *Politics and Society*, vol. 17, n.º 4, pp. 511-37.

- Wolf, E.  
1984 *Guerras Camponesas no Século XX*. São Paulo, Global.
- Zagoria, D. S.  
1976 "Peasants and Revolution". *Comparative Politics* (número especial), abril, pp. 321-26.
- Zagorin, P.  
1982 *Rebels and Rulers: 1500-1660*. Cambridge, Cambridge University Press (2 vols.).

### Resumo

#### *Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana*

Discute-se aqui a necessidade de um enfoque interativo entre as abordagens estruturais e intencionais na sociologia norte-americana das revoluções sociais modernas. Entre 1913 e 1994, os modelos analisados vão desde os primeiros trabalhos da chamada História Natural da Revolução e da Psicologia das Multidões, até desafios recentes tais como a Nova História Cultural, a Teoria da Escolha Racional e a Nova Sociologia do Desenvolvimento, passando pelos trabalhos "clássicos" da área, oriundos da Psicologia Social, do Funcionalismo, das Teorias do Conflito Político e da Sociologia Histórica. Sustenta, ao final, que os trabalhos de Charles Tilly e Theda Skocpol representam um esforço teórico ainda não superado de explicação do fenômeno revolucionário moderno.

### Abstract

#### *The Sociology of Modern Revolutions: A Review of the US Literature*

The article discusses the need for an interactive focus comparing the structural and intentional approaches found in US sociology on modern social revolutions. Covering the period from 1913 to 1994, analyzed models range from initial works within the so-called natural history of the revolution and crowd psychology to such recent challenges as the new cultural history, rational-choice theory, and the new sociology of development. The article encompasses as well the area's 'classic' studies deriving from social psychology, functionalism, political conflict theory, and historical sociology. It is argued that in accounting for the modern revolutionary phenomenon, Charles Tilly's and Theda Skocpol's works constitute a theoretical contribution not yet surpassed.